

SEMINÁRIO de TRABALHO  
sobre  
PERSPECTIVAS DA GLOBALIZAÇÃO

**Mesa: Perspectivas da Globalização**

**Tema: Tendências da Globalização**  
**“HIERARQUIA tecno-científica,**  
**HETEROTOPIA econômica,**  
**POLIARQUIA societária,**  
**HETERARQUIA político-estratégica”**

**Autor: René Armand Dreifuss**  
**Professor Visitante Coppe/UFRJ**  
**DCP/UFF**

Rio de Janeiro, 17.04.98

*Este texto decorre de uma pesquisa em andamento, desenvolvida no âmbito do Programa **Global Changes**-COPPE, com apoio da Faperj, e como parte das atividades conexas do Programa Energe e do Projeto de Implantação de “Centros de Excelência”- CENTREX, ambos da Coppe/UFRJ*

## ABSTRACT

Três são os mega processos do nosso tempo: Mundialização, Globalização e Planetarização. Expressam movimentos que apontam para a Metanacionalização cultural e societária, para novas etapas de Transnacionalização tecnológica, produtiva, financeira e comercial, e para a Supranacionalização político-institucional e estratégica. No entanto, os processos e movimentos acima mencionados são atravessados e constituídos também por particularidades e singularidades, por rotinas e continuidades, por tradições e convencionalismos.

Podemos discernir quatro tendências centrais nesses processos: a configuração de uma hierarquia científico-tecnológica, condicionada por pólos gravitacionais societários, que escoram a emergência ou consolidação de plataformas tecno-produtivas; a formação de uma heterotopia econômica, determinada por pólos motores produtivos e macromercados em gestação; a incipiente constituição de uma poliarquia societária e civilizacional; e a constatação da existência de uma heterarquia militar, ambas marcadas por pivôs político-estratégicos e por recortes civilizatórios.

Os vários movimentos de mundialização, globalização e planetarização, assim como as tendências à configuração de hierarquias de conhecimento, heterotopias econômicas, poliarquias e heterarquias político-estratégicas, implicam numa tensão entre o particular e o universal. Esta tensão pode ser vista como dois fenômenos que tendem a anular-se e a negar-se, sem abolir um ao outro, ou como uma problemática que perpassa o particular e o geral, da mesma forma que as regiões, os países, as cidades, as vilas viveram sua tensão com a configuração do Estado nacional — centralizador e concentrador de funções, poderes e instituições —, sem, no entanto, desaparecer. De fato, nenhum destes movimentos abole o particular - seja este de cunho nacional, regional, étnico cultural -, assim como o macromercado transnacional não abole o mercado

nacional. Se esta particularidade é desejável (como o é, de fato, para muitos), concretamente significa buscar caminhos para preservar nacionalidade, religiosidade, etnicidade ou soberania, ou afirmar a identidade, perante as instâncias, agências e órgãos de um tecido civilizatório diferente; no interior da configuração de um âmbito e sentido supranacional; ou frente aos procedimentos de pólos gravitacionais societários e de pivôs político-estratégicos.

Em meio às insuficiências e às realizações dos estados-nação, dos países-mercado, e das sociedades territorializadas, junto com a constatação das fragmentações e reafirmações étnico-nacionais, os novos processos em curso permitem vislumbrar movimentos diferentes e mutuamente potencializadores: a germinação de uma tecnologia global — um mundo de tecnobergs —, pautada por cadeias regionais de produção e por macromercados de consumo; a emergência de uma rede de sociedades físicas e de comunidades ciberespaciais constituindo o 'arquipélago metropolitano mundial', e a configuração de um esboço de comunidade ou sociedade política planetária, condicionando rearticulações político-estratégicas e reformulações político-institucionais.

Fluxos globalizantes, mundializadores, e planetarizantes, que se difundem no campo das relações internacionais (codificadas, normatizadas e reguladas entre Estados), transnacionais (através das fronteiras, tracejando os limites nacionais, e infiltrando e desbordando os Estados), metanacionais (permeando os espaços culturais) e supranacionais (situando-se além dos limites nacionais e sobrepondo-se aos Estados), onde as regulamentações, quando elas existem, são escondidas ou discretas. Assim, mundialização, globalização e planetarização marcam as novas e variadas referências e feições de colaboração, cooperação competitiva e conflito entre nações, contribuindo para a reformulação das relações entre estados, e apontando para os pontos de choque (não somente de convergência) de culturas, nações e civilizações.

Esses três grandes fenômenos-processos, prestes a eclodir no limiar do século XXI, visam o compartilhar pós-nacional e tendem para a disseminação trans-

estatal e trans-societária das referências e das práticas, embora eles reafirmem a particularidade do local e a singularidade dos concretos no interior da universalidade vivencial, e rejeitando a generalidade das abstrações existenciais. De fato, concomitantes ao esboço de tendências para uma global economy, uma world society, e uma planetary polity, vivemos as suas contraposições, antinomias, e contradições: na afirmação e preservação de particularidades, localismos, e singularidades. Claramente identificáveis na implosão e recomposição de 'ordens mecânicas e orgânicas' - dos sindicatos aos partidos políticos, das famílias às organizações estatais, das classes ao Estado. E também na preservação de heterogeneidades culturais, emergência de global commons e nas reafirmações civilizatórias.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Se os sindicatos pretendem (ou podem, ainda) ter alguma relevância, terão que ser transnacionais, além de operar de forma trans-segmental, (na interfase ocupacional e profissional) já que vai sendo superada e esvaziada a separação setorial nos antigos moldes sócio-econômicos e nacionais. E ter a perspectiva da desaparecimento da categoria social de "trabalhador industrial" no prazo de 50 anos.

## MUNDIALIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO, PLANETARIZAÇÃO

Configura-se um mundo em transformação intensa e acelerada. Analiticamente, situo estas transformações em três processos pós-nacionalizantes, multifacéticos, simultâneos, diferenciados e que se reforçam mutuamente: de mundialização de estilos, usos e costumes (metanacional); de globalização tecnológica, produtiva e comercial (transnacional); e de planetarização da gestão (supranacional). No entanto, em concomitância com estes processos de homogeneização e comum-denominação, descortina-se o cenário dos paradoxos, das reações e das reafirmações excêntricas, expressas e configuradas pelas singularidades e particularidades nacionais, étnicas, religiosas e civilizatórias, enquanto espaços de acontecimento e como protagonistas e referências centrais.<sup>2</sup>

### MUNDIALIZAÇÃO

A mundialização, ao nosso ver, lida com mentalidades, hábitos, e padrões; com estilos de comportamento, usos e costumes, com saberes e postulados, e se refere a modos de vida, criando denominadores comuns nas preferências de consumo das mais diversas índoles. A mundialização é, portanto, do âmbito societário, embora no seu desdobramento condicione a economia e a política. Refere-se a valores e referências, a

---

<sup>2</sup> Faço esta distinção analítica entre estes três mega-processos e conjuntos de fenômenos, que são de fato discerníveis e essencialmente diferentes entre si (e também da histórica internacionalização e multinacionalização), embora os termos sejam usados indistintamente por outros autores. Processos novos e concomitantes — de meta, (além) trans (através) e supra (acima de, por cima de) nacionalização —, que se realizam em âmbitos distintos, despontando no interior da economia internacionalizada.

produtos e métodos desejados e passíveis de utilização, nos mais diversos países, e que transbordam ou atravessam culturas e estilos existenciais e vivenciais.

A mundialização tem como eixo de constituição - ao invés dos produtos mecânicos e dos instrumentos-objeto - os produtos 'inteligentes': os instrumentos-sistema (computadores, telefones, tevês, fax, controladores) que fundem suas funções num só, os instrumentos-conhecimento (programas e aplicativos) e os serviços-sistema, baseados na indústria da informação, ao qual são inerentes uma série de insumos e apóios múltiplos para a sua produção, manutenção e uso, base dos 'complexos capacitadores teleinfocomputrônicos', da estrutura de produção e consumo baseada nos tecnobergs. São, ainda, e concomitantemente, instrumentos de 'vinculação dos distantes' (em termos espaciais, sociais e culturais), e agem como estruturantes de um aglomerado de corporações que controlam o espaço da produção e o mercado de produtos, determinando ainda estilos de vida e padrões de consumo.<sup>3</sup>

Instrumentos e serviços — manejados por corporações, não por governos —, que se tornam, por sua vez, elos e propiciadores indispensáveis de cadeias de produção e serviços entrecruzados de diversos 'mega-sistemas', como os de estocamento, transporte, e aplicação de informação, que atendem mercados diferenciados em todos os países. Atividades e procedimentos que favorecem o processo transnacionalizante de produção e consumo, tornando o mundo “integrado” por medidas corporativas mais do que por diretrizes governamentais. De fato, a mundialização de consumo e a globalização produtiva e de gestão que as corporações estratégicas formentam, estão sendo impelidas por corporações especializadas em desenvolver sistemas mundiais de suprimento e distribuição, que envolvem um grande número de aviões, além do uso intensivo e extensivo de informática e do rastreamento eletrônico de cargas e produtos a qualquer momento, em todo lugar, de Melbourne a Johannesburg, e de Mendoza a Penang. Uma destas corporações é a Federal Express Corp., cuja matriz é o cruzamento das capacidades

---

<sup>3</sup> Vinculações surpreendentes de espaços nacionais e corporações: os saques que os clientes do Citibank, no Brasil, realizam, só são possíveis através do centro de desenvolvimento de **software** do banco instalado na Índia; no mesmo país onde American Express opera todo seu processamento de informações, e através do qual a Lufthansa opera suas reservas internacionais.

de uma empresa de informática com as propriedades de uma transportadora de produtos — “infotransportation technology”: mais de dois terços dos clientes cuidam de pedidos e entregas online. Entregando cerca de 2.8 milhões de volumes em 210 países a cada dia, a Federal Express se transformou na espinha dorsal logística de muitas de suas empresas clientes: planeja sistemas mundiais de suprimento; administra estoques, armazéns, distribuição e liberação alfandegária; ajuda a montar e fabricar produtos com precisão, assegurando suprimentos da forma mais confiável e eficaz em termos de custos, ao mesmo tempo em que reduz massa desnecessária de estoques dispendiosos.<sup>4</sup>

A mundialização tende a criar denominadores comuns nas preferências de consumo, sem ater-se à suas origens - nacional ou cultural - e, na maioria dos casos, simplesmente desconhecendo-as. A mundialização também é relativa à dimensão do conhecimento e das crenças, pressionando tanto os valores, referências e paradigmas de apreensão e explicação da realidade e do desejado ou desejável, quanto as dinâmicas e rotinas locais, regionais e nacionais, atravessadas por secularidades, etnicidades e religiosidades. A tendência de mundialização se configura e sustenta a partir de um conjunto de fenômenos e de uma série de processos metanacionais, no âmbito da cultura e da sociedade, que hoje se propagam e manifestam de forma transfronteiriça e trans-societária, condicionando economia e política.

Paradoxalmente, em pauta — à revelia dos agentes centrais da homogeneização de consumo de idéias e objetos, e do predomínio de uma ou outra visão de mundo — o modo e o sentido de viver particular e singular de sentir e disfrutar e a ética que o referencia, questionando ou recolocando a dimensão civilizatória no centro do debate. Mediando a dimensão civilizatória, são discerníveis os paradoxos na mundialização: homogeneização e particularismo, universalismo e singularidade; mega-espacos societários e pólos gravitacionais culturais; visão de desestatalidade e projeção de estados-núcleo culturais; singularização através da americanização, asianização,

---

<sup>4</sup> Raciocínio defendido por Jeffrey E. Garten, Reitor da Faculdade de Administração da Universidade de Yale, ex-subsecretário de Comércio para questões de comércio internacional no primeiro governo Clinton e ex-banqueiro de investimentos. (*Gazeta Mercantil*, 23.03.98)

europização, islamização; assim como são reforçados os sentidos de comunalidade e as condições para a emergência de indagações sobre identidade e sobre a possibilidade de uma ética universal, permeando as particularidades.

### Globalização

Sob a denominação de globalização classifico diversos fenômenos e variados conjuntos de processos pertencentes ao 'âmbito' da economia (pesquisa científica, desenvolvimento e aplicação tecnológica, finanças, produção, administração, comercialização, dinâmica e uso das facilidades naturais e dos recursos humanos), que se desdobram na sociedade, se expressam na cultura e marcam a política, condicionando gestão e governança nacional.

Polissêmico portanto, o termo, carece de um compartilhar de significados, por se tratar de um fenômeno multifacético, mutiplamente determinado, e, em andamento. Aliás, mais do que de um fenômeno, a noção de globalização designa um conjunto de processos e acontecimentos, mutuamente implicados, que "decolaram" em meados da década de 70, se afirmaram na década de 80, e se consolidam na década de 90, preparando o terreno material e virtual, simbólico e físico de novas fases do processo. Mas, essencialmente, são movimentos alavancados numa incipiente economia meta-industrial de tecnobergs, assentada no complexo capacitador tele-infocomputrônico. De fato, os movimentos da globalização seriam impensáveis sem as tecnologias da telecomunicação, informática, robótica e micro-eletrônica para a produção e gestão localizada e territorializada, assim como para a integração de funções e espaços distantes em tempo real. A economia de tecnobergs privilegia know why (científico) e know how (tecnológico) como orientadores das definições de know what de produção e know when e know where de comercialização, atividades realizadas por corporações estratégicas que propiciam um novo paradigma produtivo. Neste sentido, a globalização é marcada por

uma crescente diferenciação entre bens (produtos comerciáveis) e trunfos (facilidades intangíveis de produção que permitem a geração de riqueza material).

As inovações tecnológicas viabilizam redes globais (não-governamentais, intra-corporativas, inter-empresariais) de bancos de dados online, escritórios, arquivos e unidades de busca e fornecimento de conhecimento virtuais, que agregam valor com universidades e com centros de pesquisa e atividade laboratorial etc. Da mesma forma que a noção e realidade de nacionalização teve um percurso mutuamente implicado com o desenvolvimento capitalista - sem ser reduzido a este - a globalização é estipulada (e condiciona) diversos fenômenos: reconcentração econômica e oligopolização produtiva, captação intensa de capitais pulverizados (através de fundos), concentração e centralização de grandes capitais, diferenciação do sistema financeiro, emergência de corporações estratégicas, cujo formato e sentido de atuação é mutuamente implicado com a globalização dos mercados de capitais — e interação do sub-sistema de seguros com o sistema financeiro, em função dos altos custos de cobertura dos empreendimentos de risco e do volume dos negócios) e início dos anos 80 (sistematização global dos mercados de capitais, diferenciação dos segmentos de pensão, investimentos e seguros, e concentração financeira).

A globalização (transnacionalização produtiva e financeira) marca a ascendência do capacitador tele-info-computrônico e dos sistemas digitais sobre o mundo industrial e mecânico, de horizonte nacional e de relacionamento internacional. No cerne deste processo, as mega-empresas de micro-eletrônica, informática, genética e telecomunicações, que apenas vinte e cinco anos atrás nem figuravam na lista das 500 maiores do planeta — em muitos casos, nem existiam —, e hoje são presença obrigatória no ranking mundial das 20 mais. Um ano antes do final da Primeira Guerra Mundial, em 1917, a lista das 100 maiores companhias dos Estados Unidos, dominada por empreendimentos que dispunham de enormes fábricas trabalho-intensivas, tinha no seu topo a U.S. Steel Co, empregando 268.000 trabalhadores, com 31 bilhões de dólares em assets (a dólar de hoje); quase três vezes o valor de assets da empresa em segundo

lugar. A lista tinha mais 8 siderúrgicas, além de outras 33 companhias que extraíam riquezas da terra. Oitenta anos depois, a lista das 100 maiores por valor de mercado (substituindo a referência de assets) mostra um quadro radicalmente diferente. Desapareceram as siderúrgicas do ranking — a USX (antiga U.S. Steel) tem assets de 6.5 bilhões e conta com 20.800 trabalhadores — e a Microsoft está em quarto lugar, numa lista que conta com corporações de software, drogas, computadores, telecomunicações, seguros. Das 100 maiores de 1917 somente sobrevivem 15 corporações: as 6 do petróleo (Exxon, Mobil, Chevron, Amoco, Texaco e Atlantic Richfield), hoje corporações de energia; duas montadoras (General Motors e Ford) e AT&T, Citicorp, Du Pont, General Electric, Kodak, Procter & Gamble e Sears. As restantes 85 quebraram, foram liquidadas, adquiridas ou ultrapassadas. Seu lugar está ocupado por corporações de informação, representação, comando, cálculo, controle e comunicação de conhecimento, imagem e instruções: Microsoft, a Intel, IBM, Hewlett-Packard, Lucent Technologies, Motorola, Xerox, Computer Associates, Compaq Computer, Oracle e Cisco Systems.

A globalização, portanto, é um processo que acompanha a entronização de um novo modo de produzir, gerir e consumir, com um adendo importante: uma parcela cada vez maior do valor e da riqueza é gerada e distribuída planeta afora, através de ações intra-corporativas e inter-empresariais, manejadas por um conjunto de redes privadas, configuradas e manejadas por corporações estratégicas e mega-conglomerados transnacionais.<sup>5</sup> A globalização se sustenta em processos de concentração territorial (nacional) das capacidades científicas (e de acelerada e intensa inovação e difusão tecnológica, a partir destes ‘centros emissores’) e de concentração transnacional econômica (mega-conglomerados); por sua vez impulsiona ambos processos.

Paradoxalmente, em pauta — a pesar da pretensa unicidade global e do seu aparente unívoco sentido, e a despeito dos agentes centrais corporativos e

---

<sup>5</sup> "O processo de globalização poderia ser definido como um sistema de produção no qual uma fração cada vez maior do valor e da riqueza é gerada e distribuída mundialmente por um conjunto de redes privadas relacionadas entre si e manejadas pelas grandes corporações transnacionais, que constituem estruturas concentradas de oferta, aproveitando plenamente as vantagens da globalização financeira, núcleo central do processo". (Technology and the Economy: The Key Relationships, Paris, OCDE, 1992,

governamentais, heraldos da pretensamente indiscutível e inquestionável racional de eficácia e eficiência empresarial orientando e norteados o motivo, a razão e a forma de produzir — os modos e sentidos (ética) de realizar-se na produção, criação e viver.

### Planetarização

Este conjunto de mutações-em-processo nos âmbitos da mundialização e da globalização é coroado por um conjunto de movimentos e tendências nos ‘âmbitos’ da política, das instituições, da cultura e da sociedade, sintetizados na noção de planetarização. Sob o termo planetarização entendo a ampliação espacial (extensão de continente e de conteúdo) dos parâmetros de uso de recursos político-institucionais (gestão, coação e coerção), das tecnologias de persuasão, e do desenho e tecnologias de cunho estratégico (ação militar), decantados ao longo de séculos de lutas e confrontos e, até agora confinados aos perímetros político-militares e cultural-institucionais dos países e estados ou sujeitos à suas vinculações e projeções internacionais. Trata-se de um conjunto de fenômenos e processos supranacionais, que 'superam' (atravessam, transversam e permeiam) os marcos centrados na especificidade e coerência do sistema nacional. Envolvem os países acima de, por cima de, para além de suas costumeiras referenciais 'bipolares' (interno-externo, centro-periferia, estatal-privado, governamental-cidadão e conjuntural-estrutural) com significados diferentes para os estados diferenciados por seu poder e potência. De fato, esta tendência de planetarização é configurada e sustentada por ação de estados capazes de projeção de poder (agindo como pivôs político-estratégicos e político-culturais) desenhando continentalizações e regionalizações político-estratégicas, assim como por movimentos privados, de elites orgânicas transnacionais, mapeando um planeta marcado pela transfronteirização de diretrizes e trans-estatalidade decisória.

---

citado em Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe, Nações Unidas/Cepal, 1996

A planetarização se assenta em novos recursos e modalidades de gestão persuassiva (procedimentos informacionais e informáticos, telecomunicação, tecnologias de produção e modelagem societária de distribuição) e de institucionalização supranacional, e de coação e coerção estatal concatenada internacionalmente (aproveitando destrezas e saberes no desenvolvimento de tecnologias inovadoras de comunicação e de equipamentos e sistemas de exercício de violência). Possibilita, por sua vez, o esboço de um ciberespaço, de uma dinâmica virtual, com a emergência de cibercratas e de intercomunicantes societários, a revelia dos governos ou por meio deles. Exige, ainda, a redefinição do que seja público e privado, comunitário e societário, bem-estar e bem-viver, direitos e deveres, no contexto de acirramento de violência social e anômica, estipulando a necessidade (e possibilidade) da formulação de uma agenda planetária ("pública", de "estados", de "sociedades" e de "societarias") e de referenciais e normas obrigatórias para os membros "nacionais" dos novos organismos planetários. Traz consigo, enfim, a pós-nacionalização de assuntos nacionais (e também a exige para oferecer soluções), como trabalho e (des)emprego, lazer e bem-estar, maltrato e sofrimento, e de percepções diferentes do (com)viver; além de viabilizar a emergência de gestores pós-nacionais e transfronteiriços, como os eurocratas e os funcionários de organismos supranacionais. Esboça-se a regência (legal, econômica, política) supranacional, assim como delineam-se as práticas metanacionais e consolidam-se os espaços transnacionais (macromercados regionais e continentais, cadeias regionais de produção, adequando procedimentos e sistemas de representação de demandas e de fiscalização, através das fronteiras.

Sistemicamente, a planetarização trata, por um lado, de vínculos expressos na trama de organizações transnacionais e de instituições (parlamentos e conselhos) supranacionais, que fazem parte de um novo tecido 'político' e de gestão, e dá outro significado à noção de pertencer, resignificando a multiplicidade de inserções sociais e nacionais. Além disso, ela sublinha a qualidade dos vínculos políticos, culturais e sociais que atravessam estados-nações e permeiam sociedades nacionais diversas, enquanto modelam, irradiam e imprimem profundas mudanças perceptivas e de comportamento,

trans-societárias. Essas mudanças afetam a formulação e os métodos de ação dos governos e dos grupos politicamente organizados, além de incidir no funcionamento das estruturas sociais e institucionais vigentes. São explicitadas como cortes e redesenhos nas relações de poder internas (na redistribuição — dos variados tipos — de beneficiários e perdedores) dos países, e como reformulação das relações inter-nacionais. Por outro lado, a planetarização envolve os perímetros intangíveis de informação e a colossal influência cultural multicruzada — abrindo o capítulo das relações inter-sociais — numa dupla 'demarcação' que estipula modificações nos instrumentos, capacidades, regras, procedimentos de governança e dos sistemas político-administrativos nacionais; alterando, ainda, as feições existenciais e as mentalidades. A planetarização muda o sentido do que seja autoridade societária e desperta as exigências de refuncionalização e reformatação do governo, reengenharia e miniaturização do Estado, além de uma rearquitetura societária e institucional. E, paradoxalmente, junto com a 'reprivatização' do espaço público (atividades, utilidades) e a desestatização das regulamentações, traz consigo os primórdios da gestão pública não-governamental.

As reestruturações econômicas, reformulações políticas e reconfigurações societárias, decorrentes dos processos de mundialização (sócio-cultural e existencial) e de globalização (tecno-produtiva e econômica), calçadas na nova formulação tecnocientífica de tecnobergs, requerem estabilidade e previsibilidade institucional, econômica e societária. Perpassando as mais diversas estruturas políticas, sócio-econômicas e culturais, essas demandas são traduzidos em esforços de gestão supranacional dos assuntos públicos e cívicos os mais variados. Elas deixam entrever tendências à formação de uma Comunidade Política Planetária - pautada pelos pivôs Triádicos e Diádicos -, que se superpõe às diversas fragmentações de vivência, às múltiplas identidades organizadas, e às variadas formas de gestão e autoridade.

Esta nova polity planetária se afirma na despolitização das relações de propriedade e na ausência de grandes questões tematizadas, de mãos dadas com a pulverização e multiplicação de temas e focos da política. E se expressa na busca de

novas formas de organizar um surpreendente mas familiar mundo, através da criação de mecanismos institucionais (como a recente Organização Mundial do Comércio), capazes de (re)desenhar fronteiras sistêmicas, com vistas ao ajuste dos ponteiros para a construção de uma Nova Configuração Transnacional, paradoxalmente escorada e nutrida na formulação de regras e dispositivos para os mercados, como também na afirmação das capacidades normativas e regulatórias dos estados nacionais (agindo numa perspectiva global). Ela se baseia, ainda, na emergência de organizações societárias virtuais (OSVs) e organizações não-institucionais (ONIs), que passam a conviver com as tradicionais ONGs (muitas das quais já são inadequadas para os novos desafios), e até as substituem, interligando dimensões cada vez maiores e mais variadas e abrangendo cada vez mais gente, na laboriosa tentativa de trafegar no espaço pós paradigmático e pré conceitual.

Por sua vez, as tendências de planetarização requerem dos estados nacionais um preparo (e os induzem a assumir uma postura) 'pivotal'. Ao agir como pivôs político-estratégicos, projetam poder, determinando o resguardo da soberania no seu âmbito, enquanto fora dele são questionadas as prerrogativas estatal-soberanas. E não somente no âmbito internacional, já que a multiplicidade de linkages e rupturas, que se desdobram da globalização e da mundialização, estipulam a (des)estruturação e (re)configuração de estados plurinacionais (Federação Russa) e mega-sistemas multinacionais (China e suas comunidades ultramarinas, a Comunidade de Estados Independentes), de mega-estados (Rússia, Índia, Indonésia), enquanto favorecem as sociedades-nações de projeção planetária (EUA), os estados nacionais de projeção continental (Alemanha); e as macro-sociedades transfronteiriças (Europa) etc. De fato, a planetarização político-estratégica, privilegia a Tríade (Estados Unidos e Canadá, Europa Ocidental, Japão) e as Díades (China e a comunidade ultramarina chinesa, Rússia e CEI, Índia e sua diáspora) como centros produtores dinâmicos no novo arranjo de forças (consolidando seus parques científico-tecnológico-produtivos integrados de ponta) e estipulando novas regras e modalidades para o comércio internacional e transnacional

Sistêmica e espacialmente, portanto, a planetarização lida — e se constitui — com conflitos e contenciosos transnacionais e transfronteiriços, além dos internacionais. Também com o alargamento espacial e conceitual do que sejam assuntos 'públicos' e 'cívicos', que deixam de estar limitados à esfera do Estado e ao âmbito nacional. De fato, a planetarização envolve a expansão do âmbito e do escopo de ação, fora das fronteiras nacionais, reforçando as tendências de transnacionalização e alargamento das capacidades regulatórias e de gestão. Mas, longe de formar poderes mundiais públicos, trata-se da competição regulada de e por empresas, e por órgãos multilaterais, enquanto estimulam a desregulamentação de e por governos. E, no entanto (et pour cause), levanta a questão da regulamentação societária, da pluralidade de gestão (multiplicidade e desconcentração de mecanismos e práticas), e da singularização, que realça o papel de governos locais, organizações comunitárias, e do crescente leque de micro-poderes. Nas atuais dinâmicas de globalização e mundialização, a gestão se torna transnacional por definição (e necessidade), considerando a existência crescente de perdas e ganhos determinados pela dinâmica de inter-vinculação transfronteiriça (sinergias, alianças, redes) e round-the-clock de processos econômicos. Paradoxalmente, em pauta — a despeito dos agentes centrais (empresariais e estatais) da dominação, arautos de uma unicidade planetária e da unívoca e pretensa razão da necessidade de uma determinada forma e objetivo de administração das pessoas e dos bens e das relações entre países — o modo de organizar e otimizar a expressão das necessidades e vontades das pessoas, buscando satisfazer demandas societárias e dar um sentido humanizante às suas ações individuais.

### Identidade, Estado e transnacionalização

A tendência à planetarização é reforçada, concomitantemente, em mais um aparente paradoxo, com o sentido da fragmentação e particularização e de reafirmação da nationhood, isto é, a aventura da redescoberta, ou a consciência da afirmação de identidade nacional e do fato e do senso de pertencer, com raízes e destinos comuns e diferenciadores. Um processo perpassado, ainda, por movimentos políticos centrífugos e

separatismos étnicos, religiosos, e nacionais, que afirmam as suas particularidades culturais até o ponto do conflito, também na aparente contramão da planetarização. Na maioria dos casos, porém, esta redescoberta da nationhood não é — muito por enquanto e vulneravelmente condicional — carregada de autocomplacência moral, nem se afirma com a auto-imputação de supremacia, dentro de parâmetros autoritários que pretendem uma hierarquia de povos e etnias, nem como matriz de um nacionalismo excludente, embora já tenha mostrado seus contornos agressivos em diversos países, através de manifestações variadas de intolerância religiosa, de depuração étnica, de repressão nacional, e de violência organizada contra minorias de todo tipo.

Assim, e contraditoriamente, a planetarização não somente uniformiza, mas convive, se expressa e se nutre da (re)emergência do nacionalismo, da afirmação étnica, cultural e religiosa e da redescoberta da identidade civilizatória. Abre-se espaço para a reapreciação dos assuntos nacionais e das suas soluções e para o possível uso político do nacionalismo, além de marcar a urgência para discernir procedimentos que evitem ou terminem conflitos entre nacionalismos (re)emergentes.

Em suma: a mundialização e a globalização se desdobram em diversas 'horizontalizações' sistêmicas e espaciais — econômicas (formando macromercados trans-estatais, regionalizações de consumo transfronteiriças, cadeias produtivas e redes financeiras transnacionais) e societárias (projeção de referências de estado nacional e de 'modos de vida', perpassando com seus 'meios-mensagens' tecnológico-culturais, as variadas estruturas sócio-econômicas das diferentes sociedades nacionais), impulsionando mudanças nas formas de viver, dentro dos estados nacionais em reconversão.

Pode-se dizer que as corporações estratégicas e mega-conglomerados determinam um novo quadro macro-econômico globalizado, condicionam um novo âmbito político-institucional, de alcance planetário, e estipulam padrões emergentes de organização social do trabalho, de alcance mundial. Seu impacto sobre o emprego e o trabalho é fenomenal, provocando uma racionalização da produção que estimula o

desemprego e a desocupação de vagas de trabalho. Pressionam salários e limitam a autonomia dos governos do eixo Sul-Sul, agindo como instâncias definidoras do delinking de nações e regiões. Tornam-se agentes centrais de uma nova etapa do processo de centralização e concentração transnacionalizada do conhecimento e da produção, que ganha feições globais. Ao fomentar o alargamento e aprofundamento da base de atuação, estimulam novas práticas econômicas (que exigem uma adequação das regulamentações), sintetizadas na globalização de mercados e na desterritorialização da produção e das decisões. E mais. Modificam a percepção e os conceitos do que sejam possibilidades, oportunidades e necessidades políticas, econômicas, militares e culturais de governos e sociedades. Há, no entanto, limites claros para a desestatalidade da corporação estratégica, que não devem ser procurados nas limitações que os governos possam ou queiram impor à transnacionalização.

Enfim: a mundialização, a globalização e a planetarização - processos estruturantes do acontecer econômico, político, societário - quebram ou vergam estruturas institucionais e políticas nacionais, regionais e locais — assim como em seu tempo e lugar, cidades, aldeias, vilarejos e outras soberanias na Europa foram subsumidas em uma trama e numa moldura de vivência (societal), num marco e numa organização de produção e de troca (mercado ampliado) e num arcabouço e mecânica de procedimentos de autoridade e governo (estado) de âmbito (ao mesmo tempo concreto e abstrato) nacional —, deixando-as cruamente expostas como relações de poder sedimentadas e rotinizadas. Condicionam, pela mudança ou pela preservação, normas e comportamentos e estipulam novos problemas transnacionais, estabelecendo novas questões em pauta e novas soluções de policy formulation, policy formation, policy making, policy execution, policy follow up, e novas percepções e vantage points de procedimentos de gestão e fiscalização. Configuram novos foci e novos loci de poder e de macro-formulação para mega-diretrizes, afastadas do olho público, exigindo uma reflexão séria a respeito do que seja organização política (partidária, sindical, institucional) efetiva, eficiente, eficaz e orientada programaticamente, passível de vingar unicamente numa perspectiva supranacional.



## NO INTERIOR DA GLOBALIZAÇÃO

### Corporações Estratégicas Tecnopolíticas

Os agentes produtivos diretamente responsáveis pela globalização produtiva (e a inerente concentração tecno-econômica) são, em 1997, aproximadamente 44.000 corporações transnacionais (seis mil das quais assentadas e operando no Brasil), cujos ativos e vendas estão crescendo mais rapidamente do que o PIB do planeta. No cerne deste leque de milhares de transnacionais, algumas centenas de gigantescas corporações estratégicas e mega-conglomerados.<sup>6</sup>

No início dos anos 90, estas corporações (que na época chegavam a 39.000) eram provenientes de somente trinta e oito países, 90% dos quais localizados no eixo Norte-Norte, operando cerca de 250 mil afiliadas, filiais e associadas, com vendas que ultrapassaram os 5.2 trilhões de dólares - volume superior a todo o comércio mundial - em 1992. Do total de corporações, 24.000 tinham origem em 14 países altamente industrializados. O conjunto das 500 maiores — as Big Five Hundred — eram de somente 7 nações.

---

<sup>6</sup> As empresas transnacionais controlavam cerca de 11% do capital investido no Brasil, com um estoque acumulado, até 1992, de 40 bilhões de dólares, segundo dados registrados no Banco Central, chegando a 65 bilhões em 1996. Nas indústrias de transformação, as transnacionais controlavam 32% da produção, 23% do emprego, e 25% do capital. Respondiam, ainda, por 44% das exportações totais de manufaturados, em 1990, de acordo aos dados das Nações Unidas. (Reinaldo Gonçalves, 'As Transnacionais e a Crise Brasileira', em Cadernos do Terceiro Mundo, Março 1993, Nº 159)

Em 1997, as 1000 maiores - Global 1000 - classificadas pela capitalização de mercado são extraídas de um universo de 2.700 corporações pertencentes a 21 países. Os Estados Unidos detêm aproximadamente 50% do total de capitalização de mercado da lista; as empresas japonesas representam 16% do total (já foram 23% em 1996 e 39% em 1990). As dez maiores, por valor de mercado são General Electric, Coca Cola, Royal Dutch Shell, Nippon Telegraph & Telephone, Microsoft, Exxon, Intel, Toyota Motor, Merck e Philip Morris. As dez maiores, em 1997, por valorização das ações, são Dell Computer, Tsim Sha Tsui Properties, AES, Compuware, Advanced Micro Devices, hennes & mauritz, Compaq Computer, Conseco, Altera e Railtrack Group. As dez maiores por vendas são: General Motors, Ford Motors, Mitsui, Mitsubishi, Royal Dutch Shell, Itochu, Marubeni, Exxon, Sumitomo e Toyota. As dez maiores, por lucros, são: Royal Dutch Shell, Exxon, General Electric, Philip Morris, General Motors, IBM, AT&T Intel, HSBC Holdings e Ford Motor.<sup>7</sup>

As 500 maiores empresas não-norteamericanas incluem 195 japonesas, 67 britânicas, 46 francesas, 43 alemãs, 19 holandesas, 16 suíças, 16 canadenses, 15 italianas, 15 sulcoreanas, 14 suecas e 14 australianas.<sup>8</sup> Entre as 50 maiores de países emergentes, o Brasil tem quatro (Petrobrás, 14; CVRD, 17; Brahma, 24; e Sadia, 41) e a lista é encabeçada pela Daewoo (Coreia).<sup>9</sup>

As 200 maiores (desconsiderando sua origem) tiveram, em 1996, vendas equivalentes a 28% da economia global, mesmo que elas representassem nem mesmo 1% da força de trabalho global (2%, se levarmos em consideração a rede mais ampla).<sup>10</sup>

As 100 maiores, todas com casa-matriz em países industrializados, tinham, em 1996, 1.7 trilhão de dólares em ativos no exterior, empregavam 6 milhões de pessoas e faturaram 2 trilhões de dólares em vendas. A lista das maiores é liderada pela Royal Dutch Shell, com 79 bilhões de ativos no exterior e 80 bilhões de dólares em vendas no

---

<sup>7</sup> Lista da *Business Week*, usando dados compilados pela Morgan Stanley Capital International

<sup>8</sup> Lista da *Forbes* 1997

<sup>9</sup> Estudo da Unctad, citado por Debora Berlinck, em *O Globo*, 22.09.97.

<sup>10</sup> Pepe Escobar, *Gazeta Mercantil*, 21/22/23.02.97

estrangeiro, seguida por Ford, GE, Exxon, GM, Volkswagen, IBM, Toyota, Nestlé e Mitsubishi.<sup>11</sup>

As 20 mais influentes: Royal Dutch Shell, General Electric, Exxon, IBM, Toyota Motors, Ford Motors, General Motors, British Petroleum, Wal-Mart Stores, Banco de Tóquio, AT&T, Citicorp, Mobil, EI du Pont de Nemours, Fannie Mae, Procter & Gamble, Nippon T&T, Philip Morris, HSBC e American International.<sup>12</sup>

### Sistema financeiro transnacional

Mas a globalização produtiva seria impensável sem as possibilidades que a globalização financeira lhe oferece. Esta nasce em meados da década de 70 (após o colapso do sistema de Bretton Woods, quando as moedas nacionais passaram a flutuar ao sabor das taxas de mercado, impulsionando um mercado ampliado de capitais) e se consolida na segunda metade da década de 80, “explodindo” no início da década de 90: o movimento diário do câmbio externo aumentou de 15 bilhões de dólares, em 1973, para 1.2 trilhão de dólares em 1995, enquanto as compras e vendas internacionais de títulos e ações por investidores americanos aumentaram de 9% do PIB em 1980, para 164% em 1996.<sup>13</sup> A globalização financeira, considerada por Chesnais como "núcleo central do processo", por sua vez, não se realizaria (assim como a globalização produtiva) sem os recursos das comunicações e da informática. Configura-se uma economia comunicacional financeira transnacional, que gira em torno da movimentação instantânea e planetária de mega-recursos de investimento. Se em 1982, o mercado mundial era de 2 trilhões de dólares, em 1993 chega a 10 trilhões, pula para 13 trilhões de dólares em 1994 - quase a mesma soma de capitais voláteis registrados em 1995 — e atinge cerca de 15 trilhões em

---

<sup>11</sup> Estudo da Unctad, citado por Debora Berlinck, em O Globo, 22.09.97. Mais ainda, em 1993, as 100 maiores corporações transnacionais, representavam perto de 30% da massa de investimentos externos diretos provenientes desses países. (Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe, Nações Unidas/Cepal, 1996, pg 24)

<sup>12</sup> Lista da *Forbes* 1997

<sup>13</sup> *The Economist*, em Gazeta Mercantil, 27.10.97

1996. Esta economia comunicacional financeira que a teleinfo-computrônica viabiliza, não só pelos recursos a disposição — já não é mais imprescindível deslocar-se até um local específico para comunicar-se, uma vez que telefones celulares, pagers e notebooks podem estar online em forma permanente — , mas pelos custos decrescentes de operação (o custo de uma ligação telefônica de três minutos, mas com horas de espera para completá-la, entre Londres e Nova Iorque, em dólares de 1996, custava 300 em 1930; 1 dólar, hoje; e, talvez, até 2005, uma chamada internacional de videofone internético custe somente alguns centavos por hora.) e pelo volume e qualidade de informação que pode ser estocada, (re)encontrada, trocada e disseminada no casamento da informática com as telecomunicações.<sup>14</sup>

A globalização financeira, num mercado mundial inter-relacionado de capitais e serviços, escapa ao controle dos Estados e de seus bancos centrais, mesmo das instituições financeiras internacionais e multilaterais, graças aos recursos da info-telecomputrônica e das novas tecnologias financeiras. Esses recursos permitem a comunicação e operação global - intensa, múltipla, instantânea e durante as 24 horas do dia - de novos atores e novas ações (mega-especuladores individuais, coalizões especulativas de corporações e agentes financeiros), e a viabilização de sofisticadas inovações financeiras, como a securitização, ou, mais ainda, os mercados de derivativos e de futuros, estimados em 12 a 15 trilhões de dólares. Recursos que realçam o curto espaço de tempo em que os mercados foram extensamente redimensionados: o mercado de eurodólares passou de 80 bilhões de dólares em 1973 - ao tempo dos petrodólares - para 4 trilhões em 1987, quando começou a ser esboçado o novo espaço econômico europeu.<sup>15</sup> E estima-se em um trilhão e duzentos bilhões de dólares o volume de movimentos de capitais especulativos circulando, permanentemente, ao toque das variações das taxas de câmbio. Uma soma estonteante que pode 'volatilizar' repentina e rapidíssimamente, gerando circunstâncias de alto risco para os países-hospedeiros, como

---

<sup>14</sup> *The Economist*, em *Gazeta Mercantil*, 27.10.97

<sup>15</sup> Os mercados futuros nas principais bolsas do mundo podem ser negociados simultaneamente, nas várias regiões do planeta, durante as 24 horas do dia, e de forma articulada, independentemente das diferenças de fuso horário (tempo), através do sistema informatizado Globex, que permite abertura e liquidação de posições **round-the-clock** automaticamente, mesmo que uma bolsa esteja 'fechada', à noite, enquanto a outra está aberta.

já foi sentido por México, Argentina, Espanha e Itália. Ao tempo da crise dos mercados financeiros de Hong Kong, Tailândia, Brasil, Coreia, Indonésia e Malásia, em outubro de 1997 — quando o total do dinheiro aplicado em ações globais somava cerca de 11 trilhões de dólares —, a perda de riqueza mundial com a queda nos mercados acionários foi estimada em 1.7 trilhão de dólares, com uma perda de 200 bilhões de dólares nos Estados Unidos e 1.5 trilhão de dólares no resto do mundo.<sup>16</sup>

### (RE)Concentração, Centralização e Expansão Espacial

A globalização da propriedade e do emprego de instrumentos e meios de produção é concomitante à extensão dos espaços onde esta se realiza. Até então localizados em função de uma racionalidade bi-polar de instalação das indústrias e dos serviços (doméstico-multidoméstico, local-multinacional) no marco de mercados nacionais, regulados a partir de estados nacionais e autoridades locais, e articulados através das trocas comerciais entre nações, passam a ser “localizados” transnacionalmente - mais um fator no estímulo às alianças e fusões empresariais. Esses fenômenos — que atingem de forma desigual e combinada, todos os países da Terra e não somente aqueles que operam em escala global — giram em torno do alargamento espacial e da profundização do alcance societário das operações, muitas vezes concatenadas, de um elenco limitado de atores públicos e privados.

A globalização implica em 'fabricantes' e 'gestores' que implementam suas operações (criação, desenho, desenvolvimento, produção, comércio, distribuição, além de consumo de bens materiais e de métodos, sistemáticas, e serviços) munidos de recursos (patentes, bancos e bases de dados, sistemas de informação) e usando instrumentos (tecnologias de transporte e de comunicação, infraestruturas de informação de alcance global e infraestruturas materiais transnacionais), organizados e feitos acessíveis em escala planetária. Trata-se, portanto, de uma globalização dos formatos e sistemas de produção e dos métodos de gestão, com a disseminação de uma nova dinâmica de

---

<sup>16</sup> Getúlio Bittencourt, citando dados de Stefano Natella, estrategista para América Latina do Crédit Suisse First Boston, Gazeta Mercantil, 12.11.97

produção (enxuta, flexível, ajustada ao usuário-comprador, feita por encomenda, fornecida por demanda e dentro do lapso de tempo requerido). Assim, a globalização também envolve o âmbito da produção e dos serviços produtivos, destinados a satisfazer mercados crescentemente e concomitantemente diversificados e regulados por normas e padrões 'para-nacionais' e 'quase-universais'.

Assim, a globalização se configura a partir das novas formas transnacionais de concentração, oligopolização e acumulação primitiva e de expropriação societária, num processo liderado pelas corporações estratégicas e seus megaconglomerados, mas realizado por governos nacionais sob o manto de reformas de mercado. Se constituem, assim, em estruturas concentradas e concatenadas de demanda e oferta e de produção oligopólica, a qual já mostrava seus traços marcantes, na década de 80, quando 12 corporações respondiam por 78% da produção mundial de automóveis (1984); 3 por 53% da produção de peças de vidros para automóveis (1988) e 7 por 88%; 6 por 85% da produção de pneus (1988); 5 por 65% do processamento de dados/DRAM (1987) e 10 por 100%; 4 por 54% do processamento de dados/ASIC (1988) e 12 por 100%; 7 por 90% da produção de material médico (1989); 4 por 34% da produção de polipropileno (1980) e 8 por 50%; 4 por 51% de polistireno (1980) e 8 por 69%; 4 por 55% da produção de ABS (1980).<sup>17</sup> Oligopolização industrial acompanhada de intensa concentração corporativa global, que ganhou proporções globais pela intensa política de compras, takeovers (hostis e concertados), fusões, fisões, absorções, associações, alianças e coalizões, que dominaram o mercado nas últimas duas décadas: as fusões e aquisições entre corporações de diferentes países atingiram 275 bilhões de dólares em 1996, um aumento de 16% em relação a 1995.<sup>18</sup> E, em 1997, nos Estados Unidos, o volume de fusões chegou a cerca de 800 bilhões de dólares, superando os 649 bilhões de dólares de 1996.<sup>19</sup> Neste contexto — e à diferença dos ciclos anteriores de fusões, como na virada do século, nos Estados Unidos, quando se buscava o benefício do recém visualizado mercado nacional (favorecido pelo amplo sistema ferroviário, pelos modernos navios e pelo telégrafo e por

---

17 Fonte: OCDE, Centro de Desenvolvimento e Estudos de caso Industriais da CEE/FAST, citado por François Chesnais, A Mundialização do Capital, Xamá, São Paulo, 1996

18 Estudo da Unctad, citado por Debora Berlinck, em O Globo, 22.09.97.

19 *Business Week*, em Gazeta Mercantil, 15.12.97

uma disposição migratória da população) e a produção em massa — a globalização se refere a uma multiplicidade de processos interativos (sinergias, coalizões, alianças), preconizados por 'produtores' e 'gestores' transnacionais, que formulam diretrizes num universo sistêmico de decisões, de alcance planetário, alavancado por gostos e preferências de escopo mundial, mas refletindo uma interação seletiva e excludente das corporações estratégicas, centradas no espaço Triádico.

### Corporação Estratégica e Estado Nacional

As tendências de mundialização e de globalização são reforçadas, num aparente paradoxo, pela concomitante ação dos estados nacionais em apoio às suas corporações estratégicas, tanto no preparo, consolidação e expansão do próprio 'sistema-espaço' nacional (sociedade e mercado), quanto no condicionamento — em perspectiva globalizante e mundializante — de outros países.

As corporações também esperam ativismo estatal em diversas outras situações: na proteção dos seus mercados consumidores (nacional, regional, internacional); na garantia de acesso privilegiado (via contratos públicos em setores estratégicos de alta tecnologia, como defesa, telecom, processamento de dados e mesmo em saúde, transporte, educação, e serviços sociais); na obtenção de incentivos fiscais para investimento em P&D industrial e inovação tecnológica; no apoio e assistência regulatória (comercial, diplomática, política, e cobertura militar); e no apoio, através de organismos internacionais, para condicionar os países hospedeiros ou consumidores. Esperam, ainda, participação ativa na cobertura de custos na 'retaguarda' formada por seus próprios mercados e bases nacionais, no financiamento de universidades e sistemas de treinamento vocacional, na aquisição de competência científica e técnica, no esforço para assegurar infraestrutura básica de pesquisa de alto risco, na promoção de mecanismos de disseminação de informação científica e tecnológica e na transferência tecnológica e no desenvolvimento de novos produtos. Assim, não surpreende que nos Estados Unidos, mais de 80% da pesquisa em engenharia elétrica, 70% em materiais e metalurgia, e 55%

em ciência da computação, é sustentada por programas de pesquisa militar aplicada do governo.<sup>20</sup>

Um conjunto de condições para a realização da tecnologia depende ainda do Estado: o sistema educacional nacional (e mesmo as experiências de corte transnacional) e o sistema público e aberto de pesquisa, a administração política e ideológica da força de trabalho e das relações trabalhistas específicas (incluindo mobilidade social e geográfica transnacional de pessoal altamente qualificado, que depende de legislação apropriada e não somente do desejo ou vontade de uma empresa), e a administração do sistema financeiro. Afinal de contas, a consolidação de uma sociedade de tecnologia de ponta (hyper e high tech) depende de uma sintonia muito precisa nos gastos e investimentos de cunho geral e nas medidas a serem tomadas para elevar a população a um nível adequado à nova realidade estrutural que se pretenda implementar.

Apesar da retórica de 'menos estado e mais mercado', num aparente paradoxo, as corporações estratégicas esperam o máximo de apoio direto e indireto do 'seu estado' nacional, no esforço de globalização.<sup>21</sup> Esse apoio acontece em 'duas pontas': no preparo e sustentação dos “ambientes” externos e internos de seus países. Isto se dá através da ativa participação dos estados nas negociações comerciais — aceitação de produtos e processos produtivos, apoio à laboriosa, fragmentada e a-sistemática negociação (piecemeal negotiation) de tarifas relativamente altas e de mecanismos de controles complexos (suco, carnes, tabaco, calçados, etc), acesso condicional aos mercados.

E, neste sentido, podemos dizer que as corporações estratégicas tem bandeira. Nenhum estado desenha macro-diretrizes contabilizando o poder de corporações alheias. Nem o estado japonês calcula e planeja contando com os chaebol

---

<sup>20</sup> Deborah Shapley, 'Financial Times', em *Gazeta Mercantil*, 30.03.95

<sup>21</sup> É no desenho macro-político e econômico e no campo militar onde se sente mais claramente que o Estado continua raciocinando com corporações nacionais, que para esses efeitos tem e preservam 'bandeira'. Não ha 'estratégia' política e militar japonesa construída encima das corporações alemãs; a estratégia coreana não se afiança nas corporações francesas; os alemães não constroem a sua sobre as corporações britânicas ou chinesas.

coreanos, nem o governo francês raciocina em termos das possibilidades que conglomerados norteamericanos lhe forneçam, nem os italianos contam com os macrogrupos alemães, ou os ingleses esperam que os keiretsu japoneses lhes possam proporcionar trunfos no mercado global.

### HIERARQUIA, HETEROTOPIA, POLIARQUIA, HETERARQUIA

A mundialização societária, a globalização tecno-produtiva e financeira, e a planetarização de gestão e regulamentação em curso representam uma rearticulação sistêmica e espacial, calçada na base material e de saberes definida por um mundo de tecnobergs — no seu cerne, um complexo info- telecomputrônico estipulando a revolução digital, condicionante das novas formas de pesquisa, (in)formação, produção,

comunicação, atendimento, serviços e transporte de bens, pessoas e idéias, configurando um novo sentido de vida — e viabilizada pela interligação e, até mesmo, a interpenetração seletiva de "ilhas de afluência" sócioeconômica e cultural do arco Sul com o eixo Norte do planeta, através das vivências generalizadas e da reafirmação das manifestações culturais particularizadas, mas compartilhadas.

A mundialização, a globalização e a planetarização trazem consigo movimentos de reestruturação produtiva transnacional, reorganização político-institucional supranacional, e reformulação vivencial e reconfiguração societária meta-nacional. E exigem das organizações, práticas, normas e instituições territorializadas e confinadas aos marcos nacionais vigentes, a capacidade de contornar as diferenças (ou conviver com elas) e adequar-se aos procedimentos e aos novos desafios trans-fronteiriços (globais e macro-regionais) culturais, sociais, econômicos, políticas, militares e legais, os quais, em muitos casos, minam suas próprias bases de sustentação e fontes de legitimação. Trata-se de três processos que marcam as novas e variadas referências e feições de colaboração, cooperação competitiva, competição oligopólica e conflito inter-empresariais e internacionais (para a aquisição de conhecimentos, resolução de problemas, desenvolvimento de recursos), contribuindo para a reformulação das relações entre estados, e apontando para os pontos de choque e convergência de culturas, nações e civilizações.

A mundialização de consumo, estilos e normas, a globalização produtiva, financeira, e comercial e a planetarização política e administrativa são movimentos desiguais e combinados na sua intensidade, abrangência geográfica, encadeamento sócio-econômico, disseminação societária e profundidade e extensão - do âmbito nacional ao local -, que delineiam uma Heterotopia Tecno-econômica, baseada (e espelhando) numa nova divisão do trabalho (e do emprego) em escala global, ajustada ao sentido da nova divisão transnacional da produção e da transnacionalização intra e inter-empresarial do comércio, reduzindo o comércio internacional a um funcionamento 'administrado politicamente'. Traçam, ainda, uma Poliarquia Política e uma Heterarquia político-

estratégica, baseada em novas formas de gestão, e em inovadoras tecnologias de persuasão e caríssimos e sofisticados instrumentos de coerção no âmbito internacional. Como pano de fundo de ambas inovações no desenho global e planetário, se constitui uma nova Hierarquia de potências científico-tecnológicas, sustentadas numa dinâmica de centralização e concentração dos saberes, destrezas e habilidades, pautando uma nova divisão internacional do conhecimento.

A constituição destas quatro configurações (poliarquia, heterotopia, heterarquia e hierarquia) representa um desenho de inovadoras soldaduras e rupturas (políticas, culturais, econômicas, militares) centradas em pólos gravitacionais societários, em plataformas tecno-produtivas, e em pivôs político estratégicos.

#### Plataformas Tecno-produtivas e Pólos gravitacionais societários

A tendência para a globalização se configura e sustenta, por um lado, como vimos, a partir da atuação das redes de corporações estratégicas. Por outro, pela ‘ação de países’ , isto é, a ação de governos nacionais, de projeção político-estratégica supranacional e das autoridades departamentais, estaduais, provinciais e municipais, com autonomia e capacidade de definir, formular e agir através de suas fronteiras e de seus perímetros administrativo-políticos. Entrelaçadas, os megaconglomerados de produção transnacional, governos e corporações interagem como pólos motores tecno-produtivos, fazendo de seus países (ou de regiões internas e, até mesmo, transfronteiriças) plataformas científico-tecnológicas, econômicas, financeiras e pólos gravitacionais societários.

A ação dos países, enquanto pólos motores científico-tecnológico e produtivos, alicerçados nas suas corporações estratégicas, busca o alargamento de base econômica. Isso é traduzido no esforço de induzir ou condicionar um tracejado seletivo de fronteiras e compactações político-militares, superando as limitações da visão

geopolítica. Além dos países continuarem visando a 'estabilização administrada' das suas áreas imediatas e físicas de interesse, as novas realidades tecnológicas e militares redundam em novas percepções de espaço que consideram as 'fronteiras invisíveis' e os limites 'desterritorializados', incorporando a qualidade da transnacionalidade na atuação dos Estados. De fato, 'horizontalizam-se' os espaços econômicos, institucionais, culturais e sociais, concomitantemente com a formulação de políticas planetárias governamentais, onde os Estados se realizam como pivôs políticos e (cosmo)estratégicos. Consolida-se, assim, o início da transição das 'nações-estados' para as 'sociedades-sistema', assim como a exigência da reapreciação da funcionalidade militar e da função e papel do Estado e do Governo. 22

A conjunção destas 'potências' de países e as capacidades de suas corporações estratégicas fazem de diversos estados pólos motores produtivos e comerciais nacionais - embora indutores da transnacionalização de mercados e sociedades -, fundamentais na reformulação dos eixos de poder planetário. Assim, em vez de reduzir as funções do Estado na economia, a criação de pólos motores exige a reformulação do seu papel, como orientador das forças de mercado e programador do espaço público — como supervisor e como 'concedente' —, de forma a estipular convergência de interesses de longo prazo do empresariado e das demandas imediatas da sociedade.

### Plataformas tecnoprodutivas e Macromercados

A globalização se sustenta em processos de concentração territorial (nacional) científica, de acelerada e intensa inovação tecnológica e de centralização transnacional econômica (mega-conglomerados); por sua vez retroalimenta ambos

---

22 Num certo sentido, vivemos o dilema retratado por Daniel Bell: "A nação-estado é muito pequena para os grandes problemas pelo fato de não existirem quaisquer mecanismo internacionais eficiente para solucionar os problemas de fluxo de capital, desequilíbrios de **commodities**, a perda de empregos e as diversas ondas de arrebentação que surgirão nos próximos 20 anos. É, todavia, demasiadamente grande para os pequenos problemas pelo fato de que o fluxo de poder para um centro político nacional significa que a nação-estado se torna cada vez mais insensível à variedade e à diversidade de necessidades locais, e os centros políticos locais perdem a capacidade de controlar, eficazmente, os recursos e de tomar suas

processos. Em termos espaciais, a globalização, implica na ação de corporações - sustentáculos do 'âmbito' da integração - que fazem dos seus países, verdadeiras plataformas científico-tecnológicas. A globalização se refere, portanto, à intensificação e concentração das 'melhorias' societárias promovidas no âmbito da Tríade, e, em particular, no interior do universo empresarial. É o mundo da reengenharia empresarial e da noção e da prática da 'qualidade total', alavancados numa economia de escala que requer, para viabilizar os próprios empreendimentos - em termos técnicos e de procedimentos - a padronização de equipamentos e especificações das matérias-primas, das máquinas de produção e dos produtos industriais, além da compatibilização de procedimentos fiscais e de tributação indireta, de métodos administrativos e técnicas organizacionais. Essas normas passam a atender bases 'nacionais' interligadas transnacionalmente, num aparente paradoxo, onde o sucesso das corporações no cenário global é pré-requisito para atingir e preservar a autoridade e autonomia tecnológica, econômica e política de um país.

Essas plataformas e pólos motores facilitam as cadeias regionais de produção e consumo (marcando não só a saturação, mas a necessidade imperiosa de reconversão dos mercados internos) e incentivam a formação de macromercados (regionais, continentais e intercontinentais). Empenhadas em melhorar a relação custo/benefício de seus produtos, aumentar seus lucros e ocupar espaços estratégicos para enfrentar a complexa interrelação empresarial, as corporações deixam em evidência as insuficiências dos mercados nacionais - numa economia global determinada pela realidade dos cada vez mais vultosos investimentos humanos, materiais, de equipamentos e financeiros requeridos para viabilizar a pesquisa de ponta, a recomposição produtiva e a reformulação da gestão. Contraditoriamente, a globalização se realiza como externalização produtiva dos pólos motores tecno-produtivos, como concentração de conhecimento, e como comércio política e oligopólicamente administrado.

---

próprias decisões." (Daniel Bell, Daedalus, Verão de 1987, Vol. 116, No3, Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos)

Inaugura-se a era dos 'grandes espaços' (econômico-tecnológicos, cultural-produtivos e sócio-consumidores), concretizados por meio das externalizações produtivas transnacionais, e da consolidação de mercados de consumo transfronteiras e virtuais. Um conjunto de vinculações de toda índole que redesenha o mapa econômico global, onde os emergentes macromercados - diferentemente dos blocos do passado -, carecem de uma dimensão marcadamente estratégica, política e ideológica. São 'grandes espaços' onde se produzem e consomem produtos 'mundiais', planejados e fabricados por etapas em diferentes países, ou montados a partir de componentes de múltiplas origens, e onde se contornam, pelo deslocamento e pelo outsourcing, os crescentes custos fixos desses produtos. A integração global de operações empresariais e atividades tecno-produtivas (incluindo P&D, financiamento e a busca mundial de componentes) compreende não somente a luta por mercados e sua partilha, mas o desenvolvimento de estratégias corporativas de market share (buscando formas de compartilhá-los). Também compreende a 'incorporação diferenciada de mercados', como decorrência dos diversos alargamentos e segmentações das bases espaciais e sociais de produção e consumo.

Apesar da preponderância regional e projeção global de certos pólos motores científico-tecnológicos e produtivos, os macromercados não espelham poderes nacionais hegemônicos no cenário mundial, mas são caracterizados pela cooperação competitiva, pelo predomínio compartilhado, pela interpenetração e pelas alianças em recomposição. Nesse sentido, é inadequado chamá-los de 'blocos'. As novas economias de escala são desenhadas, através das tracejadas fronteiras nacionais. Seus desenhos obedecem às exigências para o desenvolvimento competitivo de empresas e de sistemas produtivos configurados (ou reformulados) em torno das inovações científico-tecnológicas e dos crescentes investimentos necessários, além da redução dos tempos de maturação e de produção. As corporações estratégicas passam a visualizar a 'intensificação' e o 'alongamento' das bases sócio-econômicas de produção e consumo — externalizando a sua produção e fazendo do comércio um exercício intra-corporativo e inter-empresarial — utilizando sistemas de produção flexível e administração enxuta (potencializando a capacidade das estruturas de decisão e gestão por meio de tecnologia

da informação); e viabilizando seus empreendimentos pela emergência de mercados e instituições financeiras transnacionais e autônomas. Contribuem, assim, para desenhar os primórdios dos mercados ampliados transnacionalmente e do comércio de escala global, ambos requerendo de seus governos atitudes condizentes com a fase superior de transnacionalização: a regência supranacional político-estratégica.

Os macromercados, por sua vez, são sustentados pela globalização tecnológica (transnacionalização da produção e do P&D, concentração e centralização nacional ou regional, seletiva, do conhecimento) e pela globalização do processo decisório empresarial e da formulação de diretrizes, as quais funcionam como tecido constituinte do processo de globalização econômica. As cadeias regionais e os macromercados emergentes - que implicam, concomitantemente, na exigência de movimentos de abertura por parte dos países-hospedeiros, e práticas protecionistas dos países-base - esboçam os lineamentos de um desigual e combinado tecno-desenvolvimento econômico transnacional - orientado por produtos diferenciados de acordo com os mercados locais e regionais (permitido pela tecnologia flexível e pelas unidades de produção descentralizadas, embora concatenadas e coordenadas). Condicionam, assim, uma nova racional de produção, gerenciamento e consumo, numa emergente economia global e a consolidação terrestre de um único modo de produção, facilitado pelos novos comportamentos e padrões culturais de ressonância mundial. Uma 'lógica' transnacional que predomina sobre o 'âmbito' e 'escopo' nacional, desvirtuando a 'racional' social e política, includente e integradora, do Estado-Nação e da Sociedade Nacional, ao desconsiderar razões de bem-estar social, e suas variáveis de crescimento e de pleno emprego.

#### Comércio oligopolicamente administrado

A economia política do comércio global torna-se, a cada dia, brutalmente menos econômica e mais política, respondendo a uma lógica que não se ajusta ao livre

intercâmbio de mercado, mas ao aperfeiçoamento de mecanismos e regras que visam a obtenção de resultados administrados.

A administração política do comércio internacional e a 'lógica' da projeção de diversos pólos motores implicam em defesa de interesses. Redundam num 'novo protecionismo', tornando cada vez mais nítida a subordinação da condução dos assuntos de comércio internacional e transnacional às posições de força (científico-tecnológica, econômica, de coesão social, militar) interna de países Triádicos e Diádicos, consolidados num 'círculo global de poder' no renovado eixo Norte-Norte. Enquanto isso, busca-se impor o 'livre comércio' ao eixo Sul-Sul como política de 'portas abertas': é a abertura de mercado 'dos outros'.

Este novo protecionismo realça a ação do Estado, não mais como único ponto focal das relações internacionais, mas como ator reajustado no cenário transnacional, numa relação qualitativamente diferente com um conjunto de novos atores, entre os quais se destacam as corporações estratégicas. Com elas, o estado passa a agir, incorporando a sociedade-mercado nacional como base de operações para deslanchar sua regionalização ou globalização. Os 'mercados', no mundo real, devem ser entendidos como instituições, não atividades espontâneas e não-organizadas. Não mais se raciocina na dislocada antinomia Estado-privado ou nacional-internacional, mas em estados e corporações subsumidos em países pólos-motores de ação tecnológica e econômica, como conjução da estatalidade e da racionalidade empresarial capaz de promover o 'crescimento endógeno' e exercer pressões para a redefinição do espaço 'público'.<sup>23</sup> Paradoxalmente, num mundo de economia e comércio globalizado, em meio à planetarização perceptiva e associativa, incluindo os variados discursos 'neo-liberais', os Estados também passam por um processo de 'reabilitação' externa, transmutados em pivôs político-estratégicos, dos quais a atuação dos governos do G8 são emblemáticas. De fato, o limitado 'pontilhar' de

---

23 O crescimento endógeno é firmemente ligado aos comportamentos dos agentes econômicos (Estado, empresas, negócios domésticos) e não resulta somente de um inchaço da população ativa, ou de uma inovação. É também vinculada ao estado das infraestruturas, do conhecimento, do capital humano, do capital público, que, por sua vez, dependem de investimentos a longo prazo que o mercado sozinho não consegue assegurar. (Erik Izraelewicz, *Le Monde*, 07.01.93) Ver também os argumentos de Amable e

fronteiras (e a necessidade de garantir a estabilidade econômica e a previsibilidade institucional e societária) exigem dos estados nacionais da Tríade, uma administração política de projeção supranacional e a obtenção de compactações militares que, dependendo dos atores, podem ser de efeito sub-regional e regional, com alcance macro-regional ou continental e de repercussão transcontinental ou global.

A própria lógica de uma economia global de tecnobergs condiciona o comportamento dos pólos motores e, por sua vez, recoloca o Estado como orientador e dinamizador de nova índole: enquanto potência gestora de um ampliado e modificado âmbito público transnacional. Mas também como interventor na vida econômica da sociedade, e não só quando o mercado 'falha' ou entra em colapso, mas como orientador do conjunto econômico do país, e nas incursões em novas perspectivas produtivas e comerciais. Assim, foi pensando na sua capacitação militar de ponta, na economia de escala necessária para poder continuar a funcionar em níveis de excelência, nos espaços comerciais abertos no mundo, e na influência política que a excelência na produção de equipamento militar é capaz de assegurar, que o governo francês se propôs estimular um projeto de fusão de duas gigantes do setor de aviação - a Dassault (produtora dos aviões de combate Mirage e Rafale) e a Aerospatiale, que produz para o setor civil e o militar (fabrica os mísseis nucleares franceses) - e incentivar a privatização da Thomson, gigante da eletrônica e de equipamento militar. O governo francês agia com vistas à reestruturação da indústria de armamentos, através da criação de dois 'pólos' de desenvolvimento: um, aeronáutico (civil e militar) centrado nas duas corporações e outro, lidando com outro tipo de equipamento, constituído pela estatal Thomson.<sup>24</sup>

#### Comércio intracorporativo

A globalização, portanto, é um processo que acompanha a entronização de um novo modo de produzir, gerir e consumir, com um adendo importante: uma parcela cada vez maior do valor e da riqueza é gerada e distribuída planeta afora, através de

---

Guellec na Revue d'économie politique, Maio/Junho 1992, pg 314-377. Os fatores 'exôgenos' de crescimento são capital, trabalho e progresso técnico.

<sup>24</sup> Michael Skapinker, 'Financial Times', em Gazeta Mercantil, 14.03.96

ações intra-corporativas e inter-empresariais, manejadas por um conjunto de redes privadas, configuradas e manejadas por corporações estratégicas e mega-conglomerados transnacionais.<sup>25</sup>

### Macromercado virtual ou “Webnomia”

Embora o comércio internético ou comércio eletrônico mundial seja um fenômeno incipiente, ele certamente mudará regras e formatos de produção e de intercâmbio. Em 1996 existiam mais de 250.000 sites sobre oportunidades de comércio, sem contar os anúncios de empresas de todos os tamanhos e em todos os lugares do mundo, enquanto que as transações comerciais e de serviços por meio da Internet atingiram no início de 1997, 50 bilhões de dólares por ano. Somente considerando o comércio na Internet, este atingiu, em 1997, 10.6 bilhões de dólares, com a expectativa, segundo a International Data Corp. (IDC) de que esse número chegue a 220 bilhões de dólares em 2001, passando a representar 1% da economia global.<sup>26</sup> A Internet movimentou 1 bilhão de dólares de investimentos publicitários em 1997.

Exemplarmente, a General Electric já realiza 1 bilhão de dólares em compras de insumos no mercado transnacional via Internet, enquanto que a Dell Computer fatura 1 milhão de dólares por dia com a venda de computadores pessoais via Internet. A HP e a AT&T se juntaram para desenvolver e divulgar tecnologias e serviços que facilitam a construção de vitrines eletrônicas na Internet, dentro da tendência de transformar os sites da WWW (parte multimídia da Internet) em lojas on line. Parceria semelhante à que formalizaram Open Market — principal fornecedora de software para comércio via Internet — e ANS Communications, subsidiária da American Online, principal provedora de serviços na Internet.

---

<sup>25</sup> "O processo de globalização poderia ser definido como um sistema de produção no qual uma fração cada vez maior do valor e da riqueza é gerada e distribuída mundialmente por um conjunto de redes privadas relacionadas entre si e manejadas pelas grandes corporações transnacionais, que constituem estruturas concentradas de oferta, aproveitando plenamente as vantagens da globalização financeira, núcleo central do processo". (Technology and the Economy: The Key Relationships, Paris, OCDE, 1992, citado em Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe, Nações Unidas/Cepal, 1996)

<sup>26</sup> Jornal do Brasil, 02.12.97

Em gestação, uma rede mundial de comércio eletrônico que modificará comportamentos de estado e de administrações governamentais em todos os âmbitos — não há clareza nem concordância em como regulamentar esse comércio, nem como arrecadar impostos, e nem mesmo há garantia de segurança nas transações —, além de provocar mudanças radicais nas sociedades.<sup>27</sup> Estimativas da Unctad em 1997 colocam em 250 bilhões de dólares anuais o comércio eletrônico na virada do século, enquanto que os negócios entre empresas (business-to-business) representarão cerca de um terço do volume total.<sup>28</sup>

E não só. Uma bolsa de valores virtual está em gestação. A Nasdaq Stock Market (que foi criada em 1971, como subsidiária da National Association of Securities Dealers, organização auto-reguladora da indústria de seguros, criada em 1939) é a primeira bolsa de valores eletrônica do mundo — no seu site <http://www.nasdaq.com> já recebe mais de 1 milhão de visitas diárias — onde, além de disponibilizar índices de mercado e cotações (como outras bolsas já fazem via Internet), pode-se negociar compra e venda de ações, em tempo real. Com 5.5 mil companhias (432 não-americanas) listadas na bolsa virtual (37.45 do setor industrial, 34.8% do segmento de informática, 15% de financeiras e 12.8% de outros setores), cujo valor de mercado alcançou 1.95 trilhão de dólares no terceiro trimestre de 1997, o volume diário médio de negócios do Nasdaq atingiu 18.8 bilhões de dólares em setembro desse ano, 58% superior ao que foi obtido em igual período em 1996.<sup>29</sup>

E há, ainda, o cybershopper....

---

<sup>27</sup> Monica Yanakiew, *Gazeta Mercantil*, 03/05.10.97

<sup>28</sup> A estimativa é de Forrester Research, grupo especializado na análise da indústria de computadores, que calcula em 200 bilhões de dólares o comércio eletrônico até o ano 2000. (Louise Kehoe, *Financial Times*, em *Gazeta Mercantil*, 15.07.97)

<sup>29</sup> Até o fim de 1996, a New York Stock Exchange (com um volume de negócios de 4.06 trilhões de dólares - a Bolsa de Londres movimentou 1.39 trilhões em 1996) tinha 290 empresas estrangeiras e a American Stock Exchange, 64. As empresas estão divididas em dois blocos: as pequenas e médias estão

## Hierarquia dos Saberes e Destrezas

Torna-se cada vez mais evidente que a vulnerabilidade estratégica das nações será medida não só pela incapacitação tecnológica na área militar, mas antes deverá considerar as limitações de seus parques científicos e educacionais e sua capacidade para satisfazer - vivencial, material e existencialmente - suas sociedades. Será medida, principalmente, por suas insuficiências infraestruturais (na saúde, alimentação, moradia, transporte, comunicação formativa e informativa, lazer) e pelo grau de insatisfação societária provocada em seus habitantes. Pensar a fragilidade está na ordem do dia. Renovação produtiva e inovação tecnológica não são mais de ordem transformativa da 'cobertura de consumo', ou imitativa da sofisticação e da excelência do 'centro', mas seminal. Requerem, portanto, suplemento societário para realizar-se satisfatoriamente.<sup>30</sup> A medida do 'poder' e da 'riqueza' das nações será dada pela capacidade de produzir conhecimento (seja de aplicação imediata ou teórico) e pela capability de criar tecnologia dentro de um quadro de capacitação societária. Nisto há também uma redefinição - do que seja 'centro' e 'periferia' e mesmo do que seja 'nacional' e 'internacional', ou, até, da 'escala dos Mundos', em função dos requerimentos e possibilidades de terciarização e quaternarização; terceirização, horizontalização e quarteirização. No limiar da emergência de um sistema transnacional, o 'centro' da estrutura informatizada de produção e serviços, que ao mesmo tempo é o 'centro' de gravidade política, cultural e militar, deixa de ser um estático Estado Nacional, com sociedades compartimentalizadas, e passa a ser concretizado em megalópoles e centros urbanos - produtores, processadores, decodificadores e emissores de informação - entrelaçados supranacionalmente através das infovias. Forma-se um 'arquipélago de centros', onde as sócio-economias e sistemas culturais matrizes detem 'posição' central pela sua capacidade de geração de conhecimento e de articulação no controle de infoestruturas ordenadoras da complexa economia transnacional. Vitais nesse processo são as

---

concentradas na Nasdaq SmallCap Market e as grandes na Nasdaq National Market. (Tais Fuoco, Gazeta Mercantil, 17.11.97)

<sup>30</sup> Michel Serres, O Contrato Natural, pg 54

corporações estratégicas, escoradas e estimuladas por seus governos.<sup>31</sup> A diferença crucial se estabelece entre as 'gnoseo-economias matrizes' e 'estados de bem-estar societário vis-a-vis as estruturas de conhecimento sócio-nacionais subsidiárias e espaços-objeto de ação predatória.<sup>32</sup>

Ao invés do centro territorial e econômico, o que passa a importar é a centralidade científico-tecnológica. Dela emergem certos postulados: os cenários de imitação (com suas várias etapas de 'substituição de importações', incluindo a ilusão da compra de 'pacotes' tecnológicos 'transparentes', na vã esperança de copiá-los ou 'absorvê-los por osmose' econômica), ou os cenários de 'industrialização transplantada' (como no México e Brasil dos anos 60-70), se mostram frustrantes simulacros. Para se beneficiarem das criações dos outros e usufruir da transferência ou difusão tecnológica, torna-se essencial pensar e realizar um parque científico-produtivo (universitário e industrial) para a renovação tecnológica de qualidade.<sup>33</sup> Há razoáveis dúvidas a respeito da possibilidade de ter acesso a C&T num mundo global, interligado seletivamente e ainda de competição e cooperação oligopólica e imperfeita e, também, quanto à possibilidade de funcionar num mercado que tem embutido condicionantes políticas, econômicas e militares dos países geradores de C&T.<sup>34</sup>

---

31 Nos últimos 20 anos, os países passaram a ser divididos entre aqueles que se esforçaram em constituir-se como geradores de conhecimento (ciência e aplicação tecnológica para suas próprias demandas internas) e, conseqüentemente, como exportadores de tecnologias e produtos acabados (produtos-objeto e produtos-instrumento), e outros que são reduzidos à condição de usuários/importadores de tecnologias e produtos 'fechados'. Atrás destes, numa outra sub-divisão, estão os importadores netos de novos produtos que mantêm sua capacidade para assimilá-los, e, no fim da linha, aqueles que já não têm recursos para importar ou estrutura social adequada para incorporar os novos produtos acabados.

32 Definidas as premissas da nova configuração estratégica e econômica, pautada pela Tríade e pelas Díades Sínicas e Russa, e determinada pelas fontes de conhecimento, o eixo Norte-Norte passa a ser referencial de ação planetário e principal cenário de conflito político, enquanto o eixo Sul-Sul se torna espaço de manobra econômica. Mas, pela primeira vez após o confronto militar da Turquia e Grécia em Chipre, e somente pela segunda vez desde 1948, palco de enfrentamentos armados entre nações da massa européia (nos Balcãs e na Federação Russa).

33 Esse processo resultou no crescimento dos 'tigres' da Ásia do Pacífico dos anos 70 e 80 (Coréia, Taiwan, Cingapura, Hong Kong); está impulsionando os recentes 'leopardos' do sudeste asiático (Malásia, Vietnã, Tailândia), assim como do 'dragão' chinês do século XXI, mas deixa muitas perguntas no ar a respeito da viabilidade das emergentes 'onças', 'pumas' e 'jaguares' latinoamericanos (Brasil, Argentina, Colômbia) e mesmo do 'vôo do cóndor' chileno, da 'pantera' e do 'guepardo' africanos (África do Sul, Ilhas Maurício) e do 'lagarto' indonésio.

34 Mais: é necessário saber qual a dosagem adequada de direcionamento ('estado') e de geração aleatória ('mercado') de tecnologia, já que o desenvolvimento de capacidades, destrezas e saberes em C&T é resultante de uma complexa interação de estruturas de incentivo, num contexto particular e singular de um país (mediadas pelas intervenções governamentais para superar falhas de mercado) com recursos humanos, esforço tecnológico e fatores institucionais (cada um também afetados fortemente por fracassos de mercado e necessitando, portanto, de intervenções corretivas), que faz com que sejam

Fica claro, portanto, que a questão da quantidade — e a qualidade do aproveitamento, em termos de acumulação de conhecimento, estocamento, recuperação, aplicação — dos recursos humanos e dos investimentos em ciência e em tecnologia se torna crucial para viabilizar o desenvolvimento de um país ou de uma empresa. Mas a necessidade premente de investir em C&T e em educação e formação não é somente uma questão de recursos, mas de capacidade de concluir alianças de pesquisa e consórcios, uma melhor engenharia e novas combinações de tecnologia, mesmo daquelas que não estão na ponta.

Na percepção tradicional de como obter vantagens comparativas e paridades competitivas valorizavam-se os recursos naturais convencionais (abundância e facilidade de obtenção de insumos e matéria prima, inexistência de condicionantes negativos de ordem climática), assim como os recursos produzidos politicamente (preços e salários baixos, quantidade e disciplina da mão de obra). Recursos ainda de extrema importância na China (assim como na Índia, no Paquistão, Bangladesh, e em alguns países do sudeste asiático, como Vietnã, Indonésia, Filipinas), onde emerge uma super-potência de produção de baixo-custo, deslocando o eixo industrial do planeta, e condicionando uma nova distribuição geopolítica da produção e nova atribuição de funções aos diversos países.

Mas, para manter-se na 'ponta' do circuito 'pós-industrial', são essenciais outro tipo de vantagens - 'dinâmicas' - produzidas pelo homem (capacitação científica, desenvolvimento tecnológico e capacidade produtiva inovadora), concretizados na qualidade dos recursos humanos e no conhecimento adquirido e compartilhado da população. O preparo humano individual e coletivo (qualidade dos profissionais e técnicos, nível de formação e informação da população) e a adequação qualitativa (upgrading) societária se tornam as chaves das vantagens e das novas vulnerabilidades do

---

determinadas no nível da empresa a qualidade de como os produtores aprendam **skills** e dominem a informação necessária para lidar com tecnologias industriais, e no nível nacional, de como os países otimizem o emprego de seus atributos ao longo do tempo e cresçam dinamicamente no contexto de mudanças tecnológicas aceleradas.

futuro - ambas, por sua vez, recursos de barganha econômica e política -, indispensáveis para a shumpeteriana 'competição dinâmica'. Além do discernimento de novas vulnerabilidades e capacidades estratégicas dos países e regiões, e de dar sentidos e valores diferentes aos potenciais existentes e já reconhecidos. Mesmo a percepção da privilegiada geografia de um país, capaz de oferecer excepcionais 'novas riquezas', como sua variedade de elementos ecossistêmicos renováveis (microorganismos, plantas, animais, água), essenciais para uma série de 'famílias de conhecimento' biotecnológicas e de engenharia genética, requer recursos humanos capazes de fazer da natural biodiversidade um elaborado capital biótico, ou, da riqueza de minerais e terras raras um ativo 'capital oreótico'.<sup>35</sup> E até as possibilidades de utilização do espaço ocupado como recurso de negociação, para questões que afetam a Terra (ecologia), ou que envolvem o cosmos (plataformas de lançamento, áreas captadoras de energia solar) dependem da qualidade humana e societária.

A promoção das 'vantagens comparativas dinâmicas' exige uma mudança de ênfase - da tecnologia para a ciência e da aplicação para a criação -, requerendo, constantemente, melhores recursos técnicos e meios humanos e maiores capitais. O conhecimento (produzido, estocado e aplicado) e a qualidade de vida assegurada para a sua potencialização passam a ser determinantes, realçando o fator humano como dínamo do desenvolvimento, alicerçado tanto na qualidade da educação específica e geral, quanto na informação disseminada em todos os campos. Para os governos e para as grandes corporações, implica em estender os limites da tecnologia conhecida e, ao mesmo tempo, rasgar novos horizontes e dimensões científico-tecnológicas. Também implica um melhor aproveitamento de tecnologia e não só em mais tecnologia, requerendo para isto uma substancial elevação da qualidade de vida societária.

Enfim: além de uma 'resignificação' das riquezas das sociedades - que a explosão tecnológica favorece e que permite fornecer um (outro) sentido às coisas, ou

---

<sup>35</sup> Entre as vulnerabilidades, vale lembrar que os países do eixo Sul-Sul, onde se localiza 90% da biodiversidade remanescente na Terra — 30% das florestas tropicais estão na região amazônica e 20% da água —, são objeto de 'bio-pirataria'.

acrescentar múltiplos sentidos -, podemos falar de uma nova forma de interpretar e significar bens e fenômenos - um novo padrão de símbolos -, pautada pela commodity central do nosso cotidiano: o conhecimento. Não só o 'sucesso' das nações, ou a possibilidade de realizarem 'seus objetivos', e, em muitos casos, a própria sobrevivência em condições dignas, dependerá das suas capacidades de 'estocar' conhecimento (introjetá-lo e embutí-lo societalmente), de criá-lo (inovação, renovação e adaptação) e de aplicá-lo em produção e serviços, e, conseqüentemente, da excelência e potencial de expansão, tanto de seus parques científico-tecnológico quanto da suas condições e qualidade de vida societária para absorver os novos produtos e poder lidar com as novas realidades. Na sua complexa interação, estas drásticas e profundas modificações de percepção, comportamento, mentalidade e realização redundam em novas maneiras de 'ler' formações sócio-culturais, (re)conhecer civilizações e interagir com a pluralidade dos diversos 'mundos' que hoje se entrecruzam num único espaço geográfico nacional ou, mesmo distantes fisicamente, se interpenetram através dos recursos da telecomunicação, da informática e da eletrônica. Esta mudança na natureza dos símbolos provoca verdadeiras mudanças de abrangência global e de ordem civilizatória, tendo como centro dinâmico uma diversidade de sócio-economias 'avançadas' — sociedades de conhecimento e sociedades de informação — e de corporações estratégicas, determinado o que, como, quando, quanto e onde será produzido e utilizado.

No entanto, investir no conhecimento, numa economia de tecnobergs, significa lidar com um mercado de ocupação, trabalho e emprego em recomposição, intensificada pelas políticas de alianças, aquisições e absorções das empresas, e pela produção em escala global. Em outras palavras, no formato atual, aponta para o desemprego em massa e a desocupação como fenômeno estrutural, e, à medida em que a economia industrial seja modificada pela reconversão tecnológica e pela externalização produtiva, o desemprego que virá será horrível.

#### Transnacionalizando o desemprego

A penetração de alta tecnologia em todos os âmbitos da economia e da gestão societária, em curtíssimo período de tempo, viabilizou fantásticas modificações e inovações nos sistemas e processos produtivos e administrativos (tecnologia flexível, enxuta, reengenharia, miniaturização), nos produtos e na variedade e quantidade dos itens de consumo, redesenhando profundamente a paisagem setorial e territorial da produção e da gestão.<sup>36</sup> Tres aspectos merecem ser destacados.

O primeiro, onde o trabalho industrial é substituído por serviços, cujos diversos setores representam 43% da economia mundial, enquanto que a indústria chega a 20% e a agricultura a 37%. Nos Estados Unidos, ponta de lança deste processo, chegava a 70% a 'mente de trabalho' no 'setor' terciário e 15% no quaternário, em 1996. No todo, o setor de serviços representa 91%, caminhando para 93% no ano 2000. O setor de alta tecnologia responde por aproximadamente 9 milhões de empregos e nos três últimos anos (1994-1996) respondeu por 27% do crescimento do PIB norteamericano, comparado com 14% atribuídos ao setor habitacional e com apenas 4% do setor automobilístico. Em 1996, 33% do crescimento do PIB vieram das indústrias de informática, enquanto que o restante da economia crescia à taxa anual de 1.8%, e os empregos e indústrias de alta tecnologia respondiam por aproximadamente 20 a 25% do crescimento dos salários reais.<sup>37</sup>

O segundo aspecto deste processo está em que as novas tecnologias de produção, administração e comercialização, que demandam alta intensidade de conhecimento e pouca gente operando os instrumentos, trouxeram consigo não só a substituição de trabalho industrial por serviços, mas a eliminação de milhões de empregos, funções e postos de trabalho: até o ano 2000, mais 20% dos empregados bancários nos Estados Unidos perderão seus empregos, seguindo uma tendência que eliminou, entre 1983 e 1993, 179.000 empregos de caixa, ou 37% de sua força,

---

36 Michael C. Burda, "Monopolistic Competition, Costs of Adjustement and the Behavior of European Employment", Insead, Working Papers, Nº 88/17, França

37 Michael Mandel, 'Business Week', em Gazeta Mercantil, 04/06.04.97

substituída por caixas automáticos. Nos Estados Unidos, como um todo, as práticas de downsizing, o fechamento de empresas (por diversas razões) e a transformação das unidades de produção, acabaram com 43 milhões de empregos desde 1979 - cerca de 4,3 milhões de pessoas são afetadas, de formas diversas, por demissões todos os anos -, sendo que foram criados, no mesmo período, 27 milhões de novos empregos. Na Europa, de 1991 a 1995, desapareceram 6 milhões, irrecuperáveis na maioria dos casos. No Brasil, desde 1990, o número de metalúrgicos caiu, em São Paulo, de 270 mil para 124 mil em fins de 1997.<sup>38</sup>

Há um terceiro aspecto: trata-se de um processo de reconversão econômica, com redução no ritmo de criação de empregos, apesar do firme crescimento - 19% ao ano, desde 1985 - nos negócios das multinacionais. Não surpreende, portanto, mas assusta, que nos últimos 25 anos, na Europa, virtualmente não aumentasse em forma neta o número de postos de trabalho no setor privado.<sup>39</sup>

As quase 44 mil corporações multinacionais na ponta do processo produtivo, responsáveis pelas transformações e pelos investimentos de quase 300 bilhões de dólares em 1996, contavam, em 1993 (quando chegavam a aproximadamente 40.000 empresas), com somente 73 milhões de empregados em todo o mundo, ou 3% da força de trabalho global. Se computados os empregos indiretos, passam a 150 milhões (ou 6% do total) e 10% do emprego formal em atividades não-agrícolas dos países em desenvolvimento e 20% nos países desenvolvidos, induzindo um drástico redesenho dos mapas sociais. As cem maiores estão nas mãos de alguns poucos países europeus, Estados Unidos e Japão - seus ativos no exterior chegam a 1.7 trilhão de dólares, empregando seis milhões de pessoas e faturando 2 trilhões de dólares em vendas e, 1996. Em ativos e venda, estas corporações crescem mais rapidamente que o PIB do planeta.<sup>40</sup> Por tudo isto, e reforçando a tendência observada, as corporações estratégicas certamente

---

38 Marta Barcellos, O Globo, 14.12.97

39 El País, Montevideu, 04.05.97

40 Dados de Deborah Berlinck, citando Relatório Unctad, em O Globo, 22.09.97; Gilberto Dupas, citando fontes do GATT e da UNCTAD, Gazeta Mercantil, 08/09/10.12.95; Relatório UNCTAD, citado em Jornal do Brasil, 31.08.94; Dados de Joelmir Betting, citando seminário BNDES/Soc. Brasil. de Estudos de Empresas Transnacionais/Finep, O Globo, 23.08.94;

podem ser as locomotivas da economia mundial - o total de vendas das corporações transnacionais em 1996 foi de 6 trilhões de dólares (em 1992 foi 4,8 trilhões de dólares) - mas não puxam os vagões do bem-estar societário.<sup>41</sup>

As corporações estratégicas funcionam dentro de um paradigma econômica que promove o desemprego. Nos países da OECD (que reúne as 21 economias mais avançadas), em 1973, os número de desempregados já era preocupante: 11,3 milhões (20% destes, sofrendo desemprego na média de um ano ou mais). Em 1991 chegava a mais de 30 milhões (50% dos quais considerados como desempregados de longo prazo). Em 1993 estimava-se em 40 milhões os desempregados, sub-empregados e misfits ocupacionais e vocacionais. Em 1995, os desempregados na OECD chegavam a 7,8% da PEA e, em 1997, a cerca de 36 milhões de pessoas. E, no G-7, a 6,8% da PEA.<sup>42</sup> Desde 1995, as taxas de desemprego crescem constantemente em todos os 15 países da União Européia, onde o índice médio em setembro de 1997, chegou a 10.6% da PEA (já tendo atingido 12% da força de trabalho, ou 20 milhões de pessoas, em maio desse ano), e 40% desses desempregados já estão sem emprego por mais de um ano, comparado com 11% nos Estados Unidos.<sup>43</sup>

Declinam as oportunidades de emprego, induzidas pela 'racionalização' promovida pela revolução científico-tecnológica e pelo desenvolvimento de novas formas e forças produtivas (no marco da globalização econômica), realizadas através da intensa dinâmica das fusões e alianças, do outsourcing e do consorciamento modular de fornecimento - que geraram 120 milhões de desempregados, num total de 820 milhões (incluindo subempregados), segundo dados da ONU.<sup>44</sup> Isto acontece junto com o aumento da população economicamente ativa (e do tempo em que ela permanece assim), que dobrou de 1965 a 1995, atingindo 2,5 bilhões de pessoas (as estimativas apontam para um aumento de 1,2 bilhão até 2005). Reduzem-se as vagas de emprego e cresce a

---

41 Ao que me consta, a imagem foi criada por Joelmir Betting

42 Gazeta Mercantil, 15.07.97; Gillian Tett, 'Financial Times', transcrito em Gazeta Mercantil, 21.06.95

43 Ascânio Seleme, O Globo, 14.12.97; El País, 04.05.97

44 As fusões nos Estados Unidos chegaram a um recorde de negócios, em 1989, de 249 bilhões de dólares, e retomaram o impulso em 1995, quando atingiram quase 300 bilhões de dólares. (Flávia Sekles, Jornal do Brasil, 03.09.95)

massa mundial dos excedentes.<sup>45</sup> Estes compreendem diversas categorias: 'inempregáveis' (totalmente incapacitados para inserir-se dentro dos padrões já existentes, quanto mais nos novos patamares de organização social da produção) que fazem parte da dinâmica de exclusão estrutural; 'inaproveitáveis' (sem condições, embora qualificados, de responder aos novos requerimentos da produção e da gestão); e 'recicláveis' (despreparados e inadequados, mas com possibilidades de serem incluídos no processo produtivo).

É neste contexto que emergem novos padrões de organização social, assentados, por um lado, nas tendências à formação de sociedades cibernéticas e, por outro, na desintegração das classes médias convencionais (muitas delas na impossibilidade de reciclar-se para reposicionar-se profissionalmente), e na drástica redução das classes trabalhadoras industriais. As mudanças sociais forjam uma recomposição societária, com consequências para a formatação do estado e para a economia internacional - em muitos casos, reforçando posições contra o livre-comércio -, repercutindo, ainda, no campo da política, no âmbito da cultura e no relacionamento do cotidiano.

Trata-se do processo de emergência de agrupamentos sociais que cumprem novas funções e desempenham em novas tarefas - inovadoras em comportamento - concomitante ao crescimento do des(sub)emprego estrutural que, em muitos casos, atinge classes sociais inteiras. Trata-se também da configuração de 'arquipélagos sócio-culturais', de âmbito nacional e transnacionais (que transbordam os agrupamentos ocupacionais e vivenciais locais e as classes nacionais), antecipando as 'classes médias' mundiais. Referenciados por uma nova visão do que seja prosperidade, com renda disponível para o consumo da produção material e intangível 'glocalizada', eles perfazem mais de um quarto do planeta: na Europa Ocidental, as classes médias e altas são 78%, de um total de 378 milhões de pessoas; no Leste Europeu, 69% de 347 milhões; na América Latina, 19% de 447 milhões; no Oriente Médio, 13% de 259 milhões; no Extremo

---

<sup>45</sup> Sandra Balbi e Sonia Joia, Jornal do Brasil, 14.01.96

Oriente, 11% de 1.812 milhões; no sul da Ásia, 8% de 1.130 milhões, e na África, 5% de 664 milhões.<sup>46</sup>

Junto aos ‘ricos emergentes’ e às ‘novas classes médias’, os “novos pobres”, agrupamentos que se encontram sem perspectivas de recomposição possível dentro das atuais premissas econômicas e políticas. Entre estes ‘novos pobres’ estão os que perderam o pé no estribo ocupacional, aqueles que foram desalojados dos seus assentos no trem tecnológico e os que ficaram na estação. Incluem os jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho, mas já estão afastados das possibilidades de ponta e mesmo de emprego, por diversos razões. E também os que já estavam empregados e - mesmo reciclados - encontram-se sem condições de acompanhar as rápidas mudanças de produção e gestão: são os que, em muitos casos, passam a engrossar as fileiras dos aposentados precoces, dos sub-empregados, e dos mal-empregados, com sua imprevisível carga de frustração, ressentimento e desespero.

Embora a economia mundial vale, em 1997, cerca de 25 trilhões de dólares, a população em extrema pobreza ou desesperadamente pobre — que quadruplicando as já dramáticas cifras de 1990, chegava a um bilhão e trezentos milhões de pessoas em 1995 (quase uma quinta parte da população do planeta sofrendo "pobreza extenuante") dos quais dois terços são mulheres — ainda sobrevive com até um dólar por dia. A maioria vive em 48 países menos desenvolvidos: segundo constatação do Banco de Desenvolvimento da Ásia, cerca de um bilhão de pessoas na região vivem com uma renda inferior a um dólar por dia (960 milhões), 13 das 15 cidades mais poluídas do planeta se encontram na região, mais de 30% das pessoas no continente não têm acesso a água potável, pelo menos metade da população carece de redes de saneamento básico. O sul do Ásia concentra 21% do total das pessoas em extrema pobreza, 515 milhões na Índia; por sua vez, a África responde por 16% dos miseráveis, dos quais 60% vive em áreas rurais dos países subsaharianos.<sup>47</sup> A renda per capita dos latinoamericanos, que em 1979 era

---

<sup>46</sup> 'Business Week', em Gazeta Mercantil, 14/15/16.01.95

<sup>47</sup> Pepe Escobar, citando Economic Outlook N°61, OCDE e Informe Anual PNUD, em Gazeta Mercantil, 16.06.97; Helder Guimarães, Gazeta Mercantil, 13.05.97; Daniel Martínez Soto, El País, Montevideu, 05.09.94

36% da dos países ricos, baixou para 25% em 1995, enquanto que os países do Leste da Ásia aumentaram sua renda, que subiu de 18% em relação aos países ricos em 1965 para 66% em 1995. Mudou também a distribuição da renda mundial, uma vez que a parcela da renda dos 20% mais ricos cresceu 14% de 1965 para 1990, alcançando 83% do PIB mundial.<sup>48</sup>

### Heterotopia Tecno-econômica

A globalização envolve a ampliação e o aprofundamento da multiplicidade de vínculos econômicos (de desenvolvimento tecnológico, de produção e de finanças) que se consolidam, primordialmente no espaço Triádico - e deste com o restante do planeta - através das corporações estratégicas, escoradas pela ação de seus governos, envolvidos nas negociações bilaterais e multilaterais com os países hospedeiros e incorporados à rede empresarial. Vínculos entre corporações estratégicas que estipulam novas relações entre estados e sociedades, configurando um renovado sistema global, assentado na promoção de um upgrading societário no interior da Tríade, embora em contradição com a diminuição dos postos de trabalho promovida pela racionalização da produção em escala global e pela introdução de novas tecnologias. Neste sentido, a globalização também pode ser considerada como a 'Triadisação' do planeta, embora não possam ser dissociadas várias afirmações nacionais, que reconfiguram, na realidade, a antiga hierarquia econômica, criando uma nova heterotopia tecno-produtiva.

As 'sociedades de conhecimento', atravessadas por densas malhas de info-telecomunicação, antes restritas aos países da Tríade, passam a abarcar não só países da Europa oriental, mas seletos espaços das Díades: além de Rússia e seu entrelaçamento na CEI, as potências históricas reemergentes na 'nova onda' - China e os kakios - sua comunidades ultramarina e no Sudeste asiático; Índia e sua diáspora.<sup>49</sup> Juntos, estes

---

<sup>48</sup> Deborah Berlinck, citando relatório da Unctad, em O Globo, 16.09.97

<sup>49</sup> Segundo estimativas do Ministério dos Correios e Telecomunicações do Japão, o mercado interno de multimídia será, no ano 2000, de quase 600 bilhões de dólares, quadruplicando os valores de 1994

países compõem o diversificado 'eixo' Norte-Norte, ampliado de forma desigual e combinada, pela integração de potências industriais e tecnologicamente avançadas, entre as quais a República de Coreia, Taiwan e outros países há pouco denominados de 'recentemente industrializados' (NICS), que não só se tornaram colossos comerciais, mas já multinacionalizaram a sua produção e se transformaram em potências industriais, de tecnologia própria e avançada.<sup>50</sup> A esse eixo juntam-se as novas bases de serviços e finanças (Cingapura, Hong Kong, Tailândia, Malásia) e as 'ilhas' de excelência em países dos antigos 'Segundo' e 'Terceiro' mundos, configurando um sistema diferenciado substancialmente do restante do planeta, embora não homogêneo, já que no interior dessa articulação supra-espacial persistem (e se desenvolvem) narcantes diferenças e desavenças. Outros, como a Indonésia, são incorporados ao circuito de reindustrialização, como plataformas complementares; é o caso da Indonésia, embora nesse processo, a dívida externa total do país tenha atingido 140 bilhões de dólares no final de 1997, sendo que 228 empresas com problemas financeiros devem cerca de 65 bilhões de dólares a bancos estrangeiros.

A transformação das nações 'desenvolvidas' em um complexo sistema de 'economias geradoras de conhecimento avançado', 'sociedades de comunicação eletrônica', ricas em informação e razoavelmente satisfeitas (embora persistindo as atuais formas e sentido de produção, apropriação e distribuição, alguns países estejam ameaçados pelo desemprego estrutural e pela geração de amplos agrupamentos sociais desajustados) se contrapõe à acentuação de vulnerabilidades estratégicas (amargas carências sociais e desinformação) nas sociedades e nações desinformatizadas do 'eixo Sul-Sul'. Implodem antigas hierarquizações (Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto Mundo), assim como explodem as dicotomias 'centro-periferia', 'desenvolvido-subdesenvolvido', 'progressista-conservador' através do desenho de um 'único espaço globalizado', um 'único mundo', no interior do qual se desdobram variações e diferenciações que retraçam regionalizações e regionalismos, localismos e

---

<sup>50</sup> - Taiwan - uma ilha de 36 mil quilômetros quadrados, com 22 milhões de pessoas, que ostentou um PIB de 255 bilhões de dólares em 1994 (37.3% proveniente do setor industrial), uma renda per capita de 10.500 dólares, um volume total de comércio de 140 bilhões de dólares, e quase 100 bilhões de dólares em caixa como reservas internacionais

particularismos, continentalizações e macromercados, viabilizados pela interligação e, até mesmo, a interpenetração seletiva de "ilhas de afluência" sócioeconômica e cultural do arco Sul com "pólos gravitacionais" societários e nacionais do arco Norte do planeta.

Trata-se da configuração de uma heterotopia tecno-produtiva, mapeada e norteada pelas plataformas científico-tecnológicas e pelos pólos motores produtivos do eixo Norte-Norte ampliado, que se configura como principal cenário de conflito, acrescentando novos contenciosos (primazias de conhecimento, normatizações existenciais) aos já conhecidos. A heterotopia faz parte de uma nova soldadura de economias e sociedades de conhecimento e informação, assim como estipula os novos espaços de rupturas e desvinculação nacional e social. Uma heterotopia calcada num mundo em transformação: em 1960, a Ásia Oriental respondia por 4% e a América do Norte por 37% do PIB mundial', em 1995, cada uma delas respondia por cerca de 24%; em 1975, das sete maiores economias do mundo, seis eram ocidentais, em 1991, quatro das sete maiores eram de nações não-ocidentais (Japão, China, Rússia e Índia); hoje, das 10 maiores economias, cinco são da Europa Ocidental e América do Norte, três de Ásia (Japão, China, Índia), uma eurásiana (Rússia) e uma latinoamericana (Brasil). Por volta de 1992, a participação da Ásia na renda mundial atingia 33%.<sup>51</sup> Projeções plausíveis para 2020 indicam que a China terá a maior economia do planeta, e as dez maiores incluirão diversas correntes civilizatórias (China, Estados Unidos, Rússia, Japão, Índia, Alemanha, Indonésia, Brasil, França, Coréia).

Na atual heterotopia, os Estados Unidos, com quase sete trilhões de dólares de PIB em 1997, e uma projeção de 40 trilhões em 2030, navegam na sua condição de landing-carrier científico para o pouso obrigatório do vôo dos países Triádicos e base de pesquisa para os mega-conglomerados europeus e asiáticos. Os Estados Unidos possuem efetivo poder científico em todos os 'setores'(all-round excellence) — continuam como mega-potência em ciência básica, biotecnologia, microprocessamento, criação de

---

<sup>51</sup> Os dados para a participação asiática são citados por Steven Radelet e Jeffrey Sachs, em O Ressurgimento da Ásia, *Foreign Affairs*, edição brasileira, Gazeta Mercantil, 14.11.97, utilizando como fonte Alan Heston e Robert Summers "The Penn World Tables 5.6", on-line, Universidade da Pensilvânia, 1994

software, tecnologias ambientais, telecomunicações, informática e computação hiper high tech, robótica, tecnologia aero-espacial e ponta-de-lança da tecnologia digital — distanciando-os dos europeus e japoneses. Por outro lado, os mega-conglomerados europeus e japoneses não podem prescindir do 'acesso indireto' que os Estados Unidos lhes proporcionam, tanto através da advocacia global norteamericana (negociação, procurement e cobertura diplomático-estratégica) para a penetração conjunta em áreas geopolíticas delicadas, quanto no apoio e compartilhar de riscos em empreendimentos econômicos de ponta e 'aventuras tecnológicas'.

Paradoxalmente, além da sua commanding technological advantage e de sua diversificada base produtiva de excelência, os Estados Unidos também se apresentam como super-potência de produção industrial de baixo custo e de base produtiva de massa, o que lhes permite enfrentar a capacidade de inovação dos europeus e a concorrência tecnológica asiática, além de absorver ou neutralizar a capacidade produtiva de baixíssimo custo dos chineses e indianos nos segmentos intermediários, já que continuam sendo a economia mais competitiva do planeta.

Os Estados Unidos são propulsores e beneficiários da transnacionalização produtiva — estima-se que sejam 105 mil as empresas voltadas para o mercado externo, sendo que cerca de uma terça parte pertence ao segmento industrial, enquanto mais de dois terços das suas exportações são processadas por empresas multinacionais e a terça parte corresponde às transações inter-company —, que faz com que a redefinição de seus interesses nacionais, considerando as colossais dimensões da sócio-economia norteamericana (com empresas cujo valor patrimonial chega a 54 trilhões de dólares), tenha que ser feita numa perspectiva globalizante. Os Estados Unidos continuam com a maior parcela do bolo do mercado internacional, com 12%, enquanto que do contingente de importação, 83% foram relativos a produtos manufaturados e 9% a combustíveis.<sup>52</sup> Isso requer uma dinâmica presença política (persuasiva) e militar planetária, além de uma ativa projeção institucional e cultural, de alcance e de intensidade mundial. Dois

---

<sup>52</sup> Carlos Tavares de Oliveira, O Globo, 22.05.97

movimentos estabelecidos e viabilizados pela pretendida 'evaporação' das linhas divisórias entre os âmbitos interno e externo nacionais e pelo reconhecimento do seu status de poder dominante e não desafiado.

Como os mais potentes produtores (com reservas de 75 bilhões de dólares), além de maior e mais sofisticado mercado unificado mundial (se considerarmos o Nafta), os Estados Unidos exportaram 612 bilhões de dólares (treze vezes mais do que o Brasil) e importaram 799 bilhões de dólares em 1997 (465 bilhões e 570 bilhões de dólares, respectivamente, em 1993) tornando os países industrializados dependentes do seu potencial de consumo.<sup>53</sup> Cabe lembrar que, em 1947, na excepcional situação do pós-Guerra, os Estados Unidos controlavam metade do comércio mundial, avaliado na época em 25 bilhões de dólares. Em 1994, quando os Estados Unidos não detinham mais do que 15% do intercâmbio global de 3,6 trilhões de dólares, seus investimentos no exterior chegavam a 360 bilhões de dólares e sua dívida externa superava os 600 bilhões de dólares.

As exportações de serviços (turismo, patentes, juros etc) somaram, em 1996, 224 bilhões de dólares - a venda externa de serviços já corresponde a 3.2% do PIB norteamericano, sendo o destaque a venda de passagens aéreas, com cerca de 38% do total da pauta. Em conjunto, as exportações de mercadorias e serviços abrangeram 11.3% do PIB (no Brasil não chegam a 7%), sendo a Califórnia o principal estado exportador, com 98.6 bilhões, seguida do Texas (48.2 bilhões), Nova Iorque (44.9 bilhões), Michigan (38.1 bilhões) e Illinois (32.2 bilhões). As exportações são responsáveis por terça parte do crescimento da economia norteamericana desde 1990, e em 1996 empregaram 12 milhões de pessoas. Os principais países importadores de produtos norteamericanos foram, no ano de 1996: Canadá, com 133 bilhões de dólares, Japão (67 bilhões), México (56 bilhões) e Inglaterra (30 bilhões), situando-se o Brasil em 13 lugar com 12 bilhões de dólares. Os maiores fornecedores foram Canadá (156 bilhões), Japão (115 bilhões), México (73

---

<sup>53</sup> Segundo estudo do Instituto para Economia Internacional (IIE). (Gazeta Mercantil, 02.11.94). O corte geral (em média de 40%) a ser aplicado nas tarifas aduaneiras mundiais, até o ano 2005, atingirá 744 bilhões de dólares. Em consequência, o comércio internacional crescerá 510 bilhões, ficando o Brasil com cerca de 2% desse total. (Carlos Tavares de Oliveira, O Globo, 09.02.95)

bilhões) e China (51 bilhões), com o Brasil em 17 lugar, com 8 bilhões.<sup>54</sup> Os Estados Unidos são, ainda, intensos captadores de investimentos estrangeiros, que chegaram a 390 bilhões de dólares no início da década de 90. Desse total, os britânicos são responsáveis por 122,8 bilhões (31,5%), o Japão por 66,1 bilhões (16,9%), a Holanda por 55,7 bilhões (14,3%), o Canadá por 29,7 bilhões (7,6%), a Alemanha por 26,9 bilhões (6,9%) e a França por 17,1 bilhões (4,4%).

Os países da Europa Ocidental se afirmam como potências e super-potências na tecnologia ambiental, química, software (França e Alemanha são grandes produtores de tecnologia de criptografia), engenharia genética, farmacéutica, tecnologia aeroespacial, transporte e ciência básica (Suíça é hoje uma super-potência na biotecnologia, graças às suas corporações estratégicas). Na Europa Oriental se destacam as ilhas de excelência em matemáticas (Hungria), ciência da computação (Bulgária), e a super-potência russa na ciência básica, física, matemáticas, tecnologia aeroespacial, lasers, e metalurgia. Na Ásia, são destaques, a potência israelense na matemática, imagem, criptografia (ou encriptação) digital — sistema de embralhamento de dados que são enviados informaticamente, muito utilizado nas operações de comércio eletrônico, nas transações bancárias. — , biotecnologia e química, software e desenho de chips, micro-eletrônica e engenharia de precisão, além de um leque amplo de 'tecnologias militares' em adaptação e conversão para uso civil; a Índia tem suas ilhas de excelência em software, matemáticas e pesquisa laboratorial, simbolizadas no complexo de Bangalore, no estado sulista de Karnataka; a República da Coreia, uma potência em chips de memória, e produção de eletrônicos de consumo (assim como Hong Kong, que também desponta na produção de micromotores) e automação industrial; Taiwan, já uma potência na produção de computadores pessoais (controla dois terços do mercado mundial de placas-mãe), além de ter entrado com força na tecnologia aeroespacial e nas redes de telecomunicações; Cingapura tem sua excelência em biotecnologia, e sua potência em software; o Japão é uma super-potência em knowhow e tecnologias de produção, miniaturização e nanotecnologia, display de computadores, lasers, chips, e eletrônica sofisticada de consumo. Além da China, é claro,

---

<sup>54</sup> Carlos Tavares de Oliveira, *O Globo*, 22.05.97

a nova superpotência industrial. Aliás, a recente e acelerada mega-industrialização da China, do sudeste asiático e da Índia arrematará a desindustrialização do Ocidente, que já está embarcado no serviços e na geração do controle dos sistemas de produção. Na particular ótica de Bill Gates, na perspectiva do mundo da informática, existem 22 países com o que ele denominou de “populações programadoras concentradas”, entre as quais o Vaticano, Finlândia, Nova Zelândia, Israel (com cerca de 2000 corporações de alta tecnologia), Japão, China, Grã Bretanha (Silicon Glen, na Escócia, Cambrdige e o Vale do Tâmis), Índia (cujo setor de alta tecnologia emprega 140 mil pessoas em 600 empresas), Estados Unidos (Boston, Seattle - em torno da qual estão instaladas 2000 empresas de software, com faturamento superior a 2.3 bilhões de dólares em 1996, Manhattan, San José, Santa Mónica, San Diego, Los Angeles), Taiwan (Hsinchu Science Park, com cerca de 50 mil pessoas empregadas).<sup>55</sup>

A nova heterotopia inclui países que entraram recentemente no processo de intensa industrialização e que já são importantes prestadores de serviços e produtores de produtos-serviços: Malásia (destaque em chip packaging), Tailândia (maior produtor mundial de rolamentos de alta precisão, embora as empresas, como a Minebea Thai, sejam japonesas) etc. Há, ainda, os recentemente industrializados, com intensa base agrícola (Vietnã, Coréia do Norte); os 'novos pobres' (Quirquízia, Turcmênia, Albânia, Sérvia, Macedônia); os destroçados (Ruanda-Urundi, Somália, Etiópia, Bósnia); os micro-estados: monoprodutivos (Vanuatu, Tokelau, Tuvalu, Penrhyn, Niaoufu, Barbados, São Tomé e Príncipe), da indústria do lazer (Palau, Seychelles, Curaçao, Barbuda, Grenada), assim como os industrializados e de serviços (Mauritius) e os paraísos fiscais (Cayman, Luxemburgo - onde repousam cerca de 300 bilhões de dólares provenientes da Alemanha, quase 10% do PIB alemão); os dependentes de energia (Uruguai, Chile, El Salvador); os eminentemente rurais e agrícola-extrativos (Angola, Butão, Honduras, Namíbia, Argélia, Jamaica, Guyana); os miserabilizados (Haití, Bangladesh, Botswana); os desertificados do cinturão do Sahel; além dos industrializados 'transplantados', sem base científica própria e sem criação tecnológica expressiva e autôctone (México,

---

<sup>55</sup> *The Economist*, em Gazeta Mercantil, 08.04.97

Argentina, Brasil, África do Sul), etc. Sem esquecer a trágica realidade dos países submetidos às agruras de endemias e epidemias diversas e calamitosas, como Burkina Faso, Burundi, República Centroafricana, Congo, Costa de Marfim, Quênia, Malawi, Ruanda, Tanzania, Uganda, Zaire, Zâmbia, e Zimbábwe.

### Poliarquia Internacional e Governança Supranacional

A planetarização político-institucional se gesta na sedimentação 'arqueológica' do conflito bipolar que marcou a segunda metade do século XX e na perspectiva de configuração de uma poliarquia internacional, a partir de inovadoras soldaduras e rupturas cultural-societárias - promovidas por pivôs político-estratégicos, elites orgânicas de atuação transnacional, e por pólos gravitacionais culturais - configurando novos megaespaços físicos e virtuais. Uma poliarquia internacional numa perspectiva de governança supranacional, onde o Estado nacional, a Polity Pública internacional e a Polity privada transnacional ganham novos contornos

### Issues Transfronteiriços

A polity planetária é acalentada, ainda, por uma agenda de assuntos macrosocietários e transfronteiriços, onde os estados não mais se sentem confinados às suas 'fronteiras', nem os seus sentimentos nacionais são, em muitos casos, de sentido unificador. Estes assuntos incluem as novas 'áreas-problema', de complexa interação econômica, social, política e cultural transfronteiriça, envolvendo diversos governos e sociedades, embora os focos dos problemas estejam situados no interior dos limites formais de estados nacionais, como foi o caso dos incêndios na Indonésia e na Austrália, em 1997. E também os novos 'organizadores temáticos', como a água e o efeito-estufa onde geologia e política internacional, economia e biologia, engenharia e guerra, são vinculados e entremeados num assunto ou questão — há dez lugares no planeta onde poderá estourar um conflito armado por conta da água como questão estratégica e recurso escasso, enquanto que os desdobramentos e consequências do aquecimento global podem

matar, através de ondas de calor, de furacões mais violentos, de um aumento na incidência de doenças tropicais, de inundações e desertificação intensa. E, ainda, o ilícito transnacional; o aproveitamento de recursos biogenéticos, energéticos e hídricos; as comunicações; a utilização do espaço e do mar; o terrorismo de alta tecnologia; a pirataria de conhecimento; as migrações; a implementação coativa de leis e acordos (law enforcement) através de fronteiras etc. Afastada temporariamente a possibilidade de guerras nucleares (mas não de poluição atômica, uma vez que, além das explosões de testes, a Agência Internacional de Energia Nuclear catalogou 31 acidentes nucleares no mar em quatro décadas, sem, no entanto, ter conhecimento do número exato de ogivas perdidas), vivemos hoje a angustiante possibilidade de implosões por contaminação virótica, que não respeita fronteiras nem nações, embora alguns estados e sociedades estejam melhor preparados do que outros para enfrentá-la.

Entram em cena as questões transfronteiriças (transnacionais e supranacionais) e os embates civilizatórios, enfrentamentos ao "longo" das "linhas de fratura" e das "áreas de soldadura" culturais e civilizatórios, marcadas pelas (re)emergência de identidades étnicas e religiosas, culturais e civilizatórias,

Na irrupção de questões transfronteiras se destacam as questões ambientais, tanto os problemas 'locais' e 'regionais' de ressonância global, quanto os que se constituem dentro e em torno da Terra, afetando todo o planeta. Eles podem se tornar focos de conflito ou meios de barganha daqueles em cuja área os problemas se manifestam, e, ainda, base para a cooperação internacional.<sup>56</sup> Mas, além de sua própria centralidade dramática e seu sentido vital, o ambientalismo é percebido no contexto do seu uso como instrumento de política externa e de economia, e de avanço científico-tecnológico: considere-se a Amazônia como 'plataforma polivalente' para manobras políticas, econômicas e tecnológicas.

---

<sup>56</sup> Exemplo disso são os esforços de Casaquistão, Quirguísia, Tadjiquistão, Turquestão e Usbequistão, para evitar a morte do Mar de Aral, que sofre as consequências de décadas de políticas econômicas alicerçadas em projetos de irrigação que sugavam os rios que o alimentavam. Outro é o dos países do Oriente Médio, envolvidos em negociações a respeito do uso das águas potáveis e de irrigação.

Também fazem parte da nova dinâmica transfronteiras as questões financeiras, decorrentes de uma massa fenomenal (entre 10 e 15 trilhões de dólares) de capitais especulativos não fixáveis nem disciplinados, que se deslocam de país em país, pelo mundo afora, em busca de lucros fáceis e rapidamente obtidos, sujeitos a céleres decisões, executadas com a velocidade da luz, em todos os lugares onde as assinaturas eletrônicas o permitem. São capitais que fogem ao controle dos governos individuais; são capazes de criar situações de risco para os países onde aportam e dos quais rapidamente se vão - como visto no México, Argentina, Brasil, Espanha, Portugal e Itália, em 1995. E requerem mecanismos de regulamentação e supervisão transnacionais: de alcance global e de efetividade planetária, capazes de monitorar e controlar, em tempo real, as suas atividades.

Por sua vez, a performance high tech do crime organizado - incluindo o terror - reforça a mentalidade de transnacionalização, expressa na demanda por capacitação de mecanismos policiais transfronteiriços, como a Europol e o Sistema de Informação do Schengen (SIS), que, por sua vez, vão ao encontro das tendências de mundialização cultural e globalização econômica.<sup>57</sup>

Assim como antigamente o estado erigiu-se na concentração de poder repressivo que superava os limites particularísticos de cidades e regiões, a polity transnacional também se assenta na supranacionalização investigativa - que transborda os perímetros políticos-militares e culturais convencionais do Estado-Nação, buscando lidar com a irrupção da criminalidade transfronteiras e da criminalização da economia global - e na projeção global da autoridade policial. Essa agenda incorpora as questões globais, que se apresentam como problemas para além da solução e do controle de um único estado (ou de um grupo), mas de qualquer estado, requerendo ação conjunta de todos. Torna-se necessário uma redefinição do que seja 'segurança' (em particular aquela

---

<sup>57</sup> O SIS, 'sediado' institucionalmente em Estrasburgo, através de um sistema informatizado, se destina a localizar e identificar o deslocamento de pessoas e bens através das fronteiras dos signatários do convênio (Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Espanha e Portugal). Os sete países concordaram em reforçar suas fronteiras externas (suprimindo controle das fronteiras internas ao perímetro incluído no Tratado de Schengen, em 1990) adotando uma política única de asilos e

referenciada pelo Estado e contida nos limites nacionais), e o redesenho de funções e de papel dos órgãos incumbidos das tarefas policiais num planeta transnacionalizado.

O esforço para reduzir particularismos estatais e territoriais (quando não prescindir dos estados), vistos como disfuncionais para as novas modalidades de integração transfronteiras, traz embutida não só a incompleta transnacionalização econômica, mas a incompleta supranacionalização político-institucional, já que os interesses nacionais Triádicos e Diádicos continuam sendo defendidos. De fato, junto à projeção de poder sistêmico, os processos de reformulação estratégica e política no eixo Norte-Norte continuam a ser orientados pela projeção de poder nacional. Isso implica na afirmação dos países, como plataformas científico-tecnológico e pólos motores produtivos, e no reforço dos Estados nacionais - agora transmutados em pivôs político-estratégicos e culturais - determinando o resguardo da soberania no seu âmbito, enquanto fora dele são questionadas as prerrogativas estatal-soberanas.

### Elites Orgânicas Transnacionais

A necessária formulação de uma agenda planetária corporativa (incluindo a regulamentação de mercado e a ampliação do escopo e abrangência do campo de ação de poderes "privados") requer mais do que uma liderança empresarial introspectiva. O novo formato (e âmbito) de atuação da corporação estratégica traz como corolário e coadjuvante dos processos um emergente core power, personalizado em elites orgânicas de visão e atuação transnacional e trans-estatal.<sup>58</sup> Elites orgânicas manejando complexos info-telecomputrônicos, num mundo de tecnobergs: elos indispensáveis de cadeias de produção e serviços entrecruzados de diversos 'mega-sistemas' de pesquisa,

---

extradições, vistos comuns, cooperação consular, jurídica, policial, e enfatizando a luta contra o tráfico de drogas.

<sup>58</sup> Estas novas elites, em articulação virtual e efetiva, tomam a vez e o lugar de organizações precursoras, detentoras de visão internacional do exercício do poder ou de perspectiva dual (inter-governamental e inter-empresarial) da década de 50 e 60; superam da mesma forma entidades de transição para a gestão transnacional bi-polar ou tri-polar da década de 70. Sobre as elites orgânicas tradicionais, ver René Armand Dreifuss, A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional 1919-1986, Ed. Vozes, 1986, Petrópolis

desenvolvimento tecnológico, produção, estocamento, transporte, aplicação de informação, comercialização.

Com uma visão global e referências culturais supranacionais, as novas elites orgânicas agem transnacionalmente, através de uma concatenação descentralizada, no habitat desterritorializado dos jet sets telemáticos de planejamento e atuação planetária, num mundo de mercados ampliados e concatenados e de continentalizações político-estratégicas. Sustentadas por sofisticados sistemas de informação e de telecomunicação, que lhes permitem estruturar-se como verdadeiras associações virtuais, as elites orgânicas contornam Estados nacionais e governos, reafirmando a autonomia política das corporações estratégicas e contribuindo para a formação do que, na França, se chama de 'pensamento único'.

A consolidação de um jet-set telemático de direção estratégica, dispondo de tecnologias flexíveis de informação, elaboração, formulação, decisão e implementação da ação política, cultural, financeira, produtiva e tecnológica em escala planetária, e em tempo real, assim como de gestão, e acompanhamento (incluindo seu próprio desempenho), viabiliza e perpetua o segredo político-estratégico, subtraindo as questões vitais do olhar público, reduzido ao debate do intrascendente, da estigmatização do inócuo, e da excitação epidérmica em torno de slogans e expressões fáceis. De fato, além das mudanças organizacionais, observa-se uma crescente opacidade administrativo-política, apesar do aparente poder de informação da mídia. Desta forma, é introduzida na análise política e nas preocupações decisórias a questão do 'poder opaco', e a necessidade de novas abordagens interpretativas para debruçar-se sobre as diretrizes e opções destes verdadeiros 'estados maiores' de 'desenho' macro-político e de ação econômica, tecnológica e financeira transnacional.

Há, portanto, novas formas de organização e intervenção empresarial, de ação governamental, e de processos de intermediação de interesses e demandas transnacionais

públicas e privadas no interior do Estado nacional.<sup>59</sup> Por outro lado, muitos dos tradicionais locais de representação e agregação de demandas sociais (congressos, parlamentos, governos estaduais, autarquias estatais, associações e instâncias políticas diversas) se mostram ineficazes, enquanto os mecanismos e práticas convencionais da política passam a ser vistos como inadequados. Até os governos nacionais são flagrados na sua impotência, soberba e irrelevância. Assim como se torna questão central a compreensão do sentido operacional da 'unanimidade planetária' em gestação, que acompanha a globalização tecno-produtiva e financeira. Unanimidade que se superpõe a 'consensos' nacionais, regionais e setoriais, na busca de 'novas organizações' que renegam do 'Estado de Bem-Estar' e descartam os estados 'mobilizacionais.' É o fim da política (de Estado), com a economia globalizada dissociada da sociedade nacional; seu corolário, a vontade popular atomizada e irrelevante, e a reivindicação social desprezada como anacrônica e fora de lugar. Tudo isto traz consigo a perda de uma perspectiva democrática no processo de formulação de opções, implementação de diretrizes e acompanhamento da realização — prontamente substituída pelo condicionamento mediático e pelo auscultamento de massa — apesar da demanda generalizada por maior transparência administrativa e executiva.

Ao desenvolver o planejamento para a ação política planetária privada, criando organismos supranacionais e exclusivos (paralelos aos governos e associações políticas), as novas elites orgânicas (transnacionais) formam verdadeiros 'governos privados', que se ocupam da formulação de macro-diretrizes para os mais variados âmbitos de ordem econômica, social, nacional e internacional. O jet-set telemático, viabilizado pela interação à distância (incluindo, ou especialmente, do olho público) tende a apropriar-se de diversas funções de formulação de políticas e a substituir agentes do processo (junto aos estados nacionais e, até, em seu lugar, ou no espaço regional e continental), além de gerenciar a refuncionalização dos governos, com vistas à gestão global que a sua mega-

---

<sup>59</sup> A globalização tecnológica e econômica e a transnacionalização e planetarização do poder político e das questões societárias deixam a descoberto muitas das limitações na análise e na formulação de diretrizes e políticas públicas, uma vez que as questões continuam centradas em visões convencionais de antinomias e dicotomias, como nacionalismo político/internacionalização econômica, dependência e autonomia etc, esvaziando a possibilidade de fornecer elementos substanciais à formulação de diretrizes nestes novos tempos.

visão econômica, política e tecnológica lhes confere. Para realizar esta privatização das decisões na dinâmica globalizante, as novas elites se escoram no seletivo e calculado processo de des-estatização das áreas 'ocupacionais' do Estado (transportes, telecomunicações, previdência etc), cuja transnacionalização é fundamental para o processo de renovação econômica induzido pelas corporações e para o consequente reordenamento das áreas de 'utilidades públicas' (saúde, educação). Assim, as elites orgânicas transnacionais passam a desempenhar as funções de direcionamento estratégico, lidando com os riscos — que incluem o risco de diminuir o risco, o que pode, por sua vez, pode fazer das corporações estratégicas empresas acomodadas —, o que envolve mecanismos e noções de regulamentação dos mercados globais em escala mundial.

Por outro ângulo, este esforço de administração global de elite, através da intrincada malha de comunicação e das redes de interligação, marca não só um estágio superior de organização, preparo, recursos, sentido e estilo de atuação — uma primeira Transnacional Capitalista em gestação e buscando superar o Poder Nacional. Sinaliza também para o processo impressionante de transformação da coleção de quase duzentos estados nacionais em partes de uma dinâmica maior. De fato, hoje vivemos situação análoga ao processo observado por Montesquieu — de transferência de meios, recursos e legitimidade da cidade para o Estado (nacional), concentrando neste a autoridade — embora já num outro patamar: dos estados nacionais para a Polity (qualquer que seja o seu formato e sentido) planetária.

#### Heterarquia Político-Estratégica

Paradoxalmente, a implosão soviética (e o abrupto - e temporário - forfait do seu sucedâneo russo no xadrez internacional) condicionou o desmonte da 'frente' Trilateral que funcionou, sob liderança norteamericana, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao esgotar os fatores de legitimação que permitiam a atuação global norteamericana, acabou com a hierarquia geoestratégica (política e militar) predominante no século XX. Assistimos, não só, à reafirmação política da China e ao recomeço da

efetiva projeção de poder da Alemanha reunificada, como o do Japão, mas à emergência de uma série de novas potências de atuação pivotal, como Coréia, Índia e Indonésia, liberadas de muitas das condicionantes bipolares de força e de cálculo político que as sujeitavam a acordos e acertos regionais e globais submetidos à lógica da Guerra Fria e dos campos de influência e satelização. Por outro lado, são realçadas tanto no cenário europeu, nos teatros de operações da África e da Ásia, quanto no tabuleiro mundial, as limitações de poderes tradicionais, como o britânico (apesar da sua participação efetiva em diversas áreas conturbadas, sob o manto das Nações Unidas) e o francês (mesmo com as ruidosas e poluentes explosões nucleares e seu tentativo reenquadramento nas estruturas de defesa da Europa).

Enquanto o condomínio geoestratégico que dominou a cena mundial por cinco décadas é substituído pelo embrião de uma 'comunidade política planetária', direcionada por um conjunto de potências, a antiga hierarquia político-estratégica dá lugar a uma heterarquia estratégica, onde as diferenças existem, lado a lado, mas sem ligação por nenhum princípio de compatibilidade ou de ordem, formando uma nova 'constelação' político-militar de potências científicas, produtivas, financeiras, tecnológicas e de serviços.<sup>60</sup> Este novo arranjo político-estratégico de um sistema internacional, conta com a existência de um único pivô sistêmico global, de alcance planetário, e de vários pivôs, de alcance continental ou intercontinental, regionais, subregionais, já submetidos a incipiente cenarização cosmo-estratégica junto a continuidade dos conflitos regionais e localizados.

Surgem surpreendentemente, das cinzas da Guerra Fria, potências militares sem sustentação econômica ou social e sem capacidade política adequada: a Ucrânia constatou que passou a ter mais tanques e veículos blindados e aviões de combate do que qualquer país (fora a própria Rússia), além de possuir a NPO-Yuzhmash, que foi a maior fábrica de mísseis nucleares do planeta e a Monolit, principal fabricante de sistemas de controle de mísseis na antiga União Soviética; a Bielorrússia se encontrou dona de uma

---

<sup>60</sup> Sobre a noção de heterarquia, ver Steven Connor, Cultura Pós Moderna, op.cit., pg 16

força de aviões de combate maior do que a alemã, com o dobro de tanques do que a Grã Bretanha, e mais artilharia pesada do que a França. Assim como Alemanha e Japão - superpotências econômicas e comerciais - constata sua inadequação política, mesmo com elevado orçamento militar e imponente máquina bélica. Aliás, Bielorrússia e Ucrânia fazem parte hoje dos dez maiores vendedores de armas do planeta, junto com Estados Unidos (10.2 bilhões de dólares), Rússia (3.5 bilhões), França, Grã Bretanha, Alemanha, China, Holanda e Suécia. União Européia é responsável por 28% das vendas, equivalentes a 6.4 bilhões de dólares, num total de 27.9 bilhões de dólares em 1996, contra 44 bilhões em 1987.<sup>61</sup>

Nos múltiplos 'centros' de poder desta 'constelação' se afirmam uma série de pivôs político-estratégicos de projeção macro-regional, continental ou planetária, muitos deles pólos gravitacionais civilizatórios: uma (e única) mega-potência global completa e estável (Estados Unidos); uma super-potência transcontinental (eurasiana) incompleta e instável (Rússia), que poderá vir a tornar-se o pivô interno de um mega-protagonista multinacional: o sucedâneo da Federação Russa e das repúblicas associadas da antiga CEI; uma super-potência continental em consolidação, de alcance intercontinental (Alemanha), duas super-potências regionais de alcance continental (França e Grã Bretanha) e de projeção intercontinental limitada e seletiva, que poderão vir a fazer parte de um mega-protagonista multinacional (europeu); uma super-potência regional de alcance sub-continental (Japão); e um mega-estado e macro-sociedade (re)emergente (China). O reingresso da China no circuito dos poderosos, representa a inclusão de um protagonista diferente de todos os que até agora participaram do “jogo” internacional. O “dragão” chinês — se mantiver a sua unidade nacional, coesão interna, assegurar a estabilidade regional e preservar a sua vinculação ultramarina — terá capacidade de projeção (política, econômica, cultural, militar) sobre o sudeste asiático até 2020 e expressão planetária em 2050, constituindo-se, de fato, na única potência nacional e civilizatória com “capacidade de desafio”. Junto à China, outro emergente mega-protagonista nacional-civilizatório: Índia. Num outro plano, afirma-se uma série de pivôs

---

61 Dados do Sipri, em O Globo, 26.06.97

político-táticos de alcance regional (Itália, Coréia do Sul, Israel, Turquia) ou sub-regional (África do Sul, Brasil, Irã, Egito, Ucrânia, Vietnã, Indonésia, Paquistão).

### Pivôs Político-Estratégicos e Contentalizações

Como parte do novo arranjo de forças, apresentam-se um mosaico de pivôs, em competição por zonas de influência imediata e por fatias do poder continental ou planetário, que redefinem, assim, o conteúdo e sentido das suas parcerias e inserções. Isto se dá através de multifacéticos processos, onde, são vislumbradas cadeias regionais de security interlocking, por um lado, e delineadas as continentalizações político-estratégicas, por outro.

Os processos de encadeamento regional de alcance tático ou estratégico respondem à dinâmica dos 'países-estado'. Trata-se da projeção de poder regional de países, que se manifesta taticamente em agregações políticas e militares formais ou em exercício de influência, presença e irradiação (mesmo cultural) em torno das fronteiras nacionais, de cunho e alcance regional ou sub-continental, levando em consideração o potencial perturbador ou conflitivo das regiões vizinhas ou de seus governos nacionais, assim como os interesses e necessidades essenciais ou conflitantes. Esse processo procura atender as necessidades (e possibilidades) de uma 'previsibilidade razoável' e de segurança física, visando obter a 'estabilização administrada' das adjacências geopolíticas (regional e sub-regional) e das áreas imediatas de interesse, nas quais os governos nacionais estão inseridos. Neste caso, os pivôs agem com a perspectiva de estados-países.

Desta forma, os pivôs impulsionam recomposições político-militares, com o intuito de 'regular' os diversos espaços e regiões conflitivas ou instáveis. Ou simplesmente, procurando antecipar-se a movimentos de desestabilização e assegurar a tranquilidade nas fronteiras e nos espaços físicos de atuação. Num mundo interligado por cadeias de produção regional, com perspectivas claras de desenvolvimento da produção e montagem embarcada (superando o formato dos pesqueiros-fábrica russos e japoneses, já

temos os navios-fábrica de têxteis e montadores eletro-eletrônicos coreanos e taiwaneses) e com o descobrimento de novas riquezas submarinas (ou reavaliação das já conhecidas), os espaços oceânicos ganham outra dimensão, induzindo novas funções para as Marinhas. As novas tecnologias, que permitem pesquisa e produção no vazio espacial, induzem a câmbios substanciais nas Forças aero-espaciais e na percepção de cosmo-estratégias.

Estas recomposições se concretizam de três formas básicas. Através da projeção de poder de um determinado pivô (delimitando e estipulando espaços de interesses, do estabelecimento ou preservação de área de influência, e da manutenção ou aquisição de variadas formas de presença); por meio dos esforços de reformulação da gestão e controle político-militar, de alcance regional (considerando as necessidades e possibilidades de maior previsibilidade e segurança); e pela reestruturação e reorientação de órgãos internacionais obsoletos e a criação de estruturas de segurança multilateral.<sup>62</sup>

É neste contexto que se inserem as propostas de rearticulação político-estratégica, incluindo a superação da Otan no seu formato convencional (o que, para muitos, significa a reformulação do papel e função dos Estados Unidos e do Canadá na organização, e, até, a sua exclusão); a busca de criação de um EuroCorps de deslocamento e intervenção rápida, além de redefinir o marco institucional de sujeição (Parlamento europeu, Agência de Defesa da União Européia; a acomodação do Japão e da Alemanha no quadro das 'nações poderosamente armadas'; a criação de unidades binacionais e tri-nacionais (franco-alemão, franco-belga-alemão, franco-italo-alemão) em função de cenários regionais e sub-regionais; a formação de uma Comunidade de Segurança do 'eixo Norte-Norte, estendendo-se de Vancouver à Vladivostok, atravessando o Norte das Américas, o oceano Atlântico e a massa Eurasiana; a ampliação da Conferência sobre Cooperação e Segurança na Europa (CSCE).

---

<sup>62</sup> Espaços e áreas de interesse e presença, que se expressam em acordos ou alianças de alcance regional e sub-continental, como o Conselho dos Países do Báltico, ou o Triângulo de Vysehard, que reúne Polônia, Hungria e a República Checa, além de promover interações informais de mercado.

Os exercícios de projeção do poder nacional são racionalizados e internalizados informalmente em diversas 'doutrinas' formuladas (enlargement norteamericano) e 'iniciativas' formais (Bush, Kaifu), ou mesmo, não explicitadas, como a prática alemã de construção de áreas contíguas estáveis de presença e espaços conexos de influência; as ações da Rússia, gestando o que poderíamos chamar de espaços contínuos de influência e presença no eixo eurasiático e cuja base laboratorial é a própria Federação Russa; a penetração japonesa na Ásia Oriental e Central e na Bacia do Pacífico, afiançando esferas de amizade e cooperação (que em muito lembram as 'esferas econômicas' da geopolítica nipônica da década de 30); e as evoluções da China, numa espiral de círculos concêntricos, consolidando seu prestígio no interior das 'diásporas chinesas' do sudeste asiático.

As continentalizações respondem à dinâmica dos 'países-sistema', desterritorializadas a partir da ação integrada de governos e corporações. As continentalizações são, na realidade, estandartes de uma profunda e abrangente redefinição política e estratégica, orientadas pelo 'Grande Poliedro' de pólos tecnológico-produtivos e pivôs político-estratégicos - constituído pelos Estados Unidos, Rússia, China, Japão e Alemanha -, que reafirma a Tríade e as Díades, como 'setting' de um reformulado condomínio poliárquico do planeta. Haveria, em gestação, uma nova correlação de poder (não necessariamente um equilíbrio nem uma 'nova ordem'). Essa correlação de poder é baseada numa percepção de interesses, problemas e soluções que afasta esse 'poliedro' da política de formação de blocos referenciados binariamente e explicitados em termos da adesão (ou oposição) a um eixo de orientação política internacional e de organização econômica nacional. Ao invés de 'ordem' ou 'fixidez', temos a virtualidade da variação e das mudanças de transição. Estabelecem-se, assim, novas alianças preferenciais, à procura de um equilíbrio intersistêmico, que leva em consideração o rearranjo estratégico em curso, assim como as reemergências étnicas, nacionais e religiosas, a recomposição política sub-regional e regional, a possível eclosão de conflitos sub-regionais e regionais e o seu potencial de encadeamento interregional ou subcontinental. De fato, as continentalizações são condicionadas pelas possibilidades e

vontades de projeção (conflitivas ou cooperativas) de pivôs político-estratégicos, já constituídos ou em expansão, e de seus embates (ou concatenações) com aqueles em processo de emergência e consolidação, visando participar de um novo arranjo de poder internacional. Isso se expressa em tentativas de reorganizar institucionalmente as vinculações entre os países e seu condicionamento político-estratégico, através de posicionamentos que reafirmam identidades ou unicidades mega-espaciais, 'europeizando' a Europa, 'asiatizando' a Ásia, e 'americanizando' as Américas.

Numa outra perspectiva, as continentalizações são o ponto culminante da capacidade de imposição e projeção de determinados países, realçando a ação pivotal político-estratégica destes estados, já caracterizados como verdadeiros pólos motores científico-tecnológicos e econômicos e como focos sócio-culturais, enquanto sistemas societários. Nesse sentido, os processos de continentalização e regionalização não são somente 'uma forma de defesa' dos interesses científico-tecnológicos e comerciais dos países avançados, mas um mecanismo de potencialização para o 'ataque global', que pode vir a sustentar movimentos contrários às tendências de unificação e centralização (ao menos numa perspectiva linear destes fenômenos), já que, no complexo jogo do poder internacional e transnacional, eles são capazes de reforçar desmembramentos e desintegrações de estados nacionais e desestruturações econômicas e políticas.

### Poliarquia, Heterarquia e Conflitos

As rápidas e profundas mudanças da última década e suas concretas consequências e desdobramentos em gestação configuram, no entanto, um mundo altamente complexo e instável, muito mais imprevisível do que nos últimos cinquenta anos, com velhos e novos focos de tensão e atenção. Com o término da bipolaridade estratégica desaparece a justificativa (ou possibilidade) para o enquadramento das nações sob 'guarda-chuvas' nucleares, políticos, econômicos e ideológicos, esvaziando, ainda, as chances de hegemonia na pretensa Nova Ordem Internacional (mesmo dos Estados

Unidos, apesar de ser o mais capacitado estrutural e estrategicamente para alicerçar a sua construção). Como decorrência, há também uma explicitação ou transparência da diversidade de interesses e conflitos (latentes e de fato) nacionais e políticos, e das eventuais ou efetivas projeções de poder de diversos países, sem a distorção perceptiva que o conflito Leste-Oeste alimentava.

Esta nova realidade permite uma reapreciação da matriz de rivalidades, conflitos e guerras abertas (de corte étnico, nacional, religioso, e cultural, de origens remotas ou recentes) de diversos Estados, nações e povos, que - dada a natureza constante da rivalidade norteamericano-soviética, estreitando ou simplificando as percepções e o campo de observação e ação - eram condicionados, de formas diversas, ao conflito maior, determinando posturas e medidas, cuidados e desatenções. A reformulação estratégica realça, assim, a atualidade de conflitos históricos - colocados em relevo pela reemergência de atores étnicos, religiosos ou nacionais até então reprimidos ou impotentes - e a autonomia e poder de catalização desses problemas transfronteiriços, reafirmando a natureza cambiante dos desafios e ameaças.

Assim, apesar da crescente transnacionalização econômica e metanacionalização cultural, que se expressam na tendência à globalização e mundialização, ressurgem diversas aspirações e manifestações sócio-culturais (nacionais, étnicas, religiosas), reafirmando a questão nacional enquanto vontade coletiva e como referencial de ação societária e de Estado. Os acontecimentos que marcam os anos 90 na antiga Iugoslávia, com suas seis nações, dezoito minorias nacionais, três religiões majoritárias, três línguas oficiais, e dois alfabetos, são, neste sentido, exemplares. As aspirações podem ser contidas dentro dos limites de um estado ou transbordar seus perímetros institucionais, políticos e militares, levantando a questão das macro-sociedades que as diásporas chinesas e indianas configuram, ou se transformando em questões transfronteira candentes, como nos desdobramentos de movimentos migratórios ou de processos reintegrativos de aspirações nacionais, étnicas, e religiosas. É o caso dos curdos, afetando a geopolítica do Golfo Pérsico e da Ásia Menor; dos cingaleses e tamis,

no sub-contidente indiano; dos timorenses na Indonésia; ou das minorias caren, cachin, e mons, no Myanmar e nos países circundantes; ou das populações muúlmanas no oeste da China, com as suas histórias compartilhadas no vizinho Casaquistão.

As questões envolvendo nacionalidades e diferenças étnicas e religiosas (superpostas às políticas de 'integração' econômica e de competição intra-sistêmica, e mesmo descoladas dessas dinâmicas) trazem novas percepções dos espaços, uma vez que o encaminhamento dos conflitos históricos redefine as fronteiras. Surgem padrões mais complexos de conflito, sempre evidenciando a ameaça do recurso à violência ou o emprego efetivo da força, como continuidade ou desdobramento possível, por outros meios, dos esforços de convencimento e negociação nos impasses da política internacional, para dirimir questões e querelas surgidas dos diversos processos, dinâmicas e fenômenos de afirmação, reemergência, absorção, ou exclusão nacional, étnica ou religiosa, e da revalorização e redimensionamento de identidades de minorias, através da definição de micro-unidades culturais emergentes. Formam-se multifacéticos cenários de confronto - agravados pela proliferação de armas avançadas -, que afetam as percepções convencionais de segurança nacional e regional, exigindo uma reavaliação das políticas de defesa e não só delas.

A expectativa é de que as rivalidades nacionais, étnicas ou religiosas, de origens remotas ou recentes configurem múltiplos cenários de instabilidade, especialmente na África e na região de soldadura afro-asiática; na macro-região de ligação eurásiana (banhada pelo mares Adriático, Jónico, Egeo, Negro e Caspio); no golfo Pérsico e no mar Vermelho; e na Ásia Central, com desdobramentos que poderão chegar à Baía de Bengala, ao estreito de Malacca, em direção ao rico Brunei e à região de Borneo, visando a plataforma de Kelp através do Timor, até o Mar do Sul da China, onde os focos possíveis são as ilhas Spratley e Paracels, além do recife de Mischief. As rivalidades são muitas vezes conjugadas com questões societárias transfronteiriças (coletivos étnicos ou religiosos que não se sentem integrados no seu marco nacional vigente ou cujas aspirações de (re)unificação nacional atravessam limites territoriais de

seus respectivos estados); políticas (envolvendo prestígio e liderança); ambientais (abastecimento de água) ou econômicas (acesso a matérias primas ou mercados de consumo). Enquanto isso, a Europa se descobre imprensada entre as turbulências da CEI pós-comunista e o efervescente mundo islâmico; pressionada pelos reflexos dos conflitos no Cáucaso, na península balcânica e no norte da África, e é obrigada a repensar sua relações com Estados Unidos. Os Estados Unidos, por sua vez, se esforçam para afirmar sua identidade do Pacífico, acompanhando o deslocamento da civilização do Atlântico.

A 'desconstrução' da antiga Ordem Internacional e a concomitante reestruturação e reformulação geoestratégica, obrigam a levar em consideração não só a autonomia e poder de catalização de problemas transfronteiriços, mas também os cenários difusos, constituídos no interior de (e não entre) estados. Embora aconteçam no interior dos estados eles podem atravesar suas fronteiras, e (sem ser, unicamente, enfrentamento de nações), tornarem-se conflito internacional, como na península balcânica, no Cáucaso, e na macro-região do Curdistão. São problemas transfronteiriços e trans-estatais, que atravessam sociedades e reconfiguram mapas étnicos, religiosos, e nacionais, num jogo de forças centrífugas e centrípetas, que expõem e realçam conflitos e demandas latentes ou reprimidas, de cunho cultural, étnico, religioso e nacional, ou mesmo, de prestígio. Isso ocorre no contexto dos afrouxamentos institucionais centrais, determinados, no dizer de Steven Connor, pelo "enfraquecimento da autoridade cultural do Ocidente e de suas tradições política e intelectuais, ao lado da abertura do cenário político mundial às diferenças culturais e étnicas", resultante da (re)emergência de aspirações sub-nacionais, nacionais plenas e religiosas.

### Os cortes civilizatórios

A perspectiva de lidar com um mundo configurado em termos heterotópicos, poliárquicos e heterárquicos introduz a visão de (re)cortes civilizatórios. Ao longo de duzentos e cinquenta anos, o Ocidente foi sendo marcado por eventos e fenômenos que

configuraram um quadro paradigmático — de interpretação, explicação e normatização de ação — no campo da política, da economia e do social, proporcionado por um sistema euro-americano maquinico, industrializante, urbanizante, com base em estados nacionais e sociedades. Destas estruturas e processos se desdobraram procedimentos políticos, econômicos e sociais, disseminadas - de forma, sentido e profundidade desigual - pelo mundo, compreendidos sob o manto perceptivo e simbólico da ocidentalização do planeta; mesmo que este processo multifacético tivesse variados e diferentes atores nacionais propulsores — europeus e norte-americanos — em distintas épocas e em diversos espaços territoriais, ao longo destes séculos.<sup>63</sup> A Ocidentalização significou o deslocamento para Europa e Estados Unidos e concentração nestes espaços nacionais da atividade manufatureira e de produção material avançada, assim como a emissão de normas e disseminação de valores a partir destes núcleos nacional-estatais pelo planeta afora. A pluralidade mundial localizada e regionalizada no século 18, subordinava-se à Europa Ocidental. A China, que respondia, em 1750, por quase 1/3 da produção manufatureira do mundo, e a Índia por quase um quarto (enquanto que o Ocidente não chegava a um quinto) vão perdendo posições ao longo do século XIX. Com apenas 14% da população do mundo em 1820, a Europa Ocidental (junto com os Estados Unidos e suas três colônias de então - Canadá, Nova Zelândia e Austrália - detinham, aproximadamente 25% da renda mundial), enquanto a Ásia detinha 58%.<sup>64</sup> A industrialização do Ocidente chegaria, em 1928, ao ponto em que a sua participação na produção manufatureira mundial seria de 85%.<sup>65</sup> Industrialização euro-americana que levou à desindustrialização do resto do mundo, sublinhando a participação ocidental na renda mundial em 1950, que atingia 56%, enquanto sua população chegava a somente 17% do total planetário, ao mesmo tempo em que a Ásia, com 66% da população mundial, detinha somente 19% da renda mundial.<sup>66</sup> Ocidentalização que também significou uma divisão de trabalho que moldaria a economia mundial de 1750 a 1950, criando um

---

63 LATOUCHE, Serge *A Ocidentalização do Mundo*; Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária, Vozes, Petrópolis, 1996

64 Dados de Angus Maddison "Monitoring the World Economy, 1820-1992", OECD, Paris, 1995, pgs 226-227, citados por Steven Radelet e Jeffrey Sachs, em 'O Ressurgimento da Ásia', *Foreign Affairs*, edição brasileira *Gazeta Mercantil*, 14.11.97

65 HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Objetiva, Rio de Janeiro, 1997, pg 103.

arquipélago de nações-sociedades fabris, centrado na Grã Bretanha, nos Estados Unidos, na Europa continental ocidental, na Rússia e no Japão, que determinaram os rumos do planeta e configuraram uma periferia econômica, militar e política.

A ocidentalização, no entanto, não implicou na internalização no resto do mundo de um conjunto de percepções, tidas como legítimas, 'naturais', não-desafiáveis, ou mesmo, inexistentes, mas desejáveis, na Europa Ocidental e nas Américas — com diferenças e particulares manifestações em cada nação e época — sobre a sociedade, sobre o binômio indivíduo-sociedade, sobre as relações da sociedade com o Estado, do indivíduo com o Estado, da sociedade frente à religião, do lugar da religião na sociedade e frente ao Estado, e que impuseram perguntas-clichê nas sociedades ocidentais.

Neste paradigma, os países do Ocidente seriam (e foram de fato e força, e até, de direito) os maiores responsáveis por pesquisa e desenvolvimento de C&T, controlando os saberes e destrezas de ponta (high tech e hyper tech) transformados em trunfos (assets) através de suas diversas instituições; operadores do sistema financeiro e monetário internacional; detentores do parque industrial do planeta, produtores da maioria dos bens acabados do planeta e maiores clientes dos produtos naturais do resto do mundo; interventores militares no mundo não-ocidental, dominando a indústria de armamentos de alta tecnologia, controlando as rotas marítimas e aéreas internacionais, além do acesso ao espaço, sem nunca ter sofrido intervenção extra euro-americana no seu próprio território; controladores das comunicações internacionais, tanto do instrumental de comunicação e informação, quanto das línguas da comunicação -, já tendo sido controladores, após a primeira guerra mundial, da imensa maioria das terras do planeta e de, praticamente, toda a sua população; e, finalmente, disseminadores de línguas e símbolos e referências.

A ocidentalização significou, por outro lado, a secularização do mundo como perspectiva, mas nos marcos do referencial secular ocidental e cristão, assim como

---

66 Steven Radelet e Jeffrey Sachs, 'O Ressurgimento da Ásia', *Foreign Affairs*, edição brasileira Gazeta Mercantil, 14.11.97

impôs a nacionalização dos assuntos locais e regionais, criando estados nacionais cognatos sobrepondo-se às formas de organização social e política preexistentes, incorporando-as de forma seletiva, e limitando-se a filtrar manifestações culturais autóctones, uma vez que a aceitação de valores ocidentais era muito superficial. Por sua vez, isto significou que haveriam fragmentações permitidas e fragmentações não-admitidas, fossem elas de corte étnico, religioso, cultural, assim como povos seriam submetidos ao crivo das identidades "legítimas" e a uma certa organização das diferenças, definindo quem poderia e quem não poderia se constituir nacionalmente.

Através da ocidentalização, o mundo passou a se pautar pelo valor de uso e troca dos recursos naturais, ficando o desfrute e a contemplação como secundários ou como fenômenos de elite. Passa a predominar o senso de domínio da natureza, não de harmonia na vivência na natureza. Valoriza-se a posse de produtos materiais (em termos sócio-econômicos e culturais); a importância das fronteiras físicas para a afirmação cultural e o arredondamento nacional (em termos geopolíticos); e das linhas de frente, em termos militares.

A ocidentalização requereu e estipulou um sistema mundial estruturado por relações internacionais, com estados nacionais (quase duas centenas, hoje) e seus governos como atores preponderantes ou centrais, mas desqualificando as suas sociedades como palco e foco destes assuntos. Dos horizontes de debate das sociedades foram subtraídos ou nem chegaram a ser incluídos os assuntos internacionais, que permaneceram assuntos de estado ou governo.

A ocidentalização implicou em uma visão explicativa que se baseia na noção de reajuste em "ondas" e numa periodização dos processos de mudança nacionais, continentais, político-culturais (período colonial, o pós-guerra, a descolonização, a implosão soviética dentro de uma visão ou percepção dicotômica (centro-periferia, desenvolvido-subdesenvolvido, avançado-atrasado, industrial-agrário, capitalismo-comunismo, ditadura-democracia) de um tecido conflitivo dentro da ordem conflitiva. O

paradigma ocidental foi nutrido, ainda, após a Segunda Guerra Mundial, por um sistema de super-potências, permeando a leitura dos conflitos e oportunidades para resolução de problemas através da ótica da bipolaridade essencial e pela percepção de um mundo hierarquizado. A crise do paradigma decorre das possibilidades do novo cotidiano construído a partir de um colossal reajuste tecnológico e financeiro, que induziu a debacle do welfare state e a reorganização produtiva, atravessando um período instável de reajuste empresarial e de reengenharia estatal, com câmbios inesperados e repentinos (implosão soviética, reunificação alemã) e apontando para o ponto de inflexão no curso futuro (a reemergência de nações militantes-religiosas, a irrupção da China no cenário dos indutores de processo, o deslocamento econômico para a Ásia Oriental).

Em curso, uma nova visualização de política e economia, marcada pela perspectiva cultural e das identidades nacionais, étnicas, religiosas e pelo (re)aparecimento de distinções importantes entre os povos que não são ideológicas, políticas ou econômicas. As variadas respostas à inquietante pergunta: quem somos nós? (e por conseguinte: quem são "os outros"?) estariam moldando padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo, demarcados por identidades culturais consolidadas em civilizações.<sup>67</sup> Para Norbert Elias, “o conceito de ‘civilização’ refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes...ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos”.<sup>68</sup> E acrescenta: “se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas

---

67 Huntington emprega o termo “civilização” remetendo-o a várias definições conhecidas. Mas, utilizando-se de vários pesos e medidas, o autor delimita as civilizações em tempo e espaço de forma questionável, tanto no qué (e quem) é excluído e incluído em cada um dos nove recortes civilizacionais ‘pertinentes’ - ocidental, africano, islâmico, sínico, hindu, ortodoxo, latino-americano, budista e japonês - quanto no conjunto considerado relevante. Destas, o Ocidente é a única civilização identificada por uma direção da bússola - não pelo nome de um povo ou crença, e sem ser localizada num mapa em área geográfica em particular - apesar das notáveis “distâncias-diferenças” entre andaluzes e suíços, gregos e noruegueses, sardos e alemães, ou das variadas confluências étnicas e religiosas que configuram os espaços culturais do Norte da América, da Austrália e da Nova Zelândia. (Huntington, O Choque de Civilizações, op.cit.  
68 Norbert Elias, O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes, Vozes, Petrópolis, 1990, pg 23

como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”.<sup>69</sup>

A política mundial se apresenta não só de forma heterotópica (economicamente), poliárquica (politicamente) e heterárquica (estrategicamente), mas ao mesmo tempo, multicivilizacional, já que a modernização econômica e social (com a qual a ocidentalização promoveu uma fusão conceitual e prática) não estaria produzindo nem uma civilização universal, nem a ocidentalização das sociedades não-ocidentais. Ao contrário de outros autores, Huntington avalia que a influência relativa do Ocidente — — que conquistou o mundo pela sua superioridade em aplicar a violência organizada, com fonte no dinamismo inventivo e adaptativo científico e tecnológico nos assuntos militares e produtivos — estaria em declínio, com as civilizações não-ocidentais reafirmando o valor de suas próprias culturas, as asiáticas expandindo seu poderio econômico, militar e político, e o Islã explodindo demograficamente e politicamente, o que geraria consequências desestabilizadoras nos países vizinhos.<sup>70</sup>

O mundo, dividido, em certo sentido, entre um ocidental e vários não-ocidentais, estaria ficando cada vez mais moderno e menos ocidental. O Ocidente, que controla politicamente somente 1/5 da população mundial, é hoje seu núcleo europeu original, com 373 milhões de pessoas nos 15 países da UE, representando 7% da população mundial (será 3% em 2050), além dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (13.1% da população), e, para alguns, incluiria América Latina (9.3% da população), ou seja 40% do território (24.2% + 14.9%).<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, op.cit., pg 23

<sup>70</sup> As teses de Huntington enfatizam que os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos se darão entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. Enquanto isso, no seio das civilizações, eclodirão "guerras de linha de fratura" (tribais, étnicas), sobrepondo-se aos conflitos entre ricos e pobres, possivelmente gerando agrupamento de países afins e a intervenção de "estados-núcleos", e com isto, a ameaça de uma escalada.

<sup>71</sup> Por sua vez, as pretensões universalistas do Ocidente - a noção de uma civilização universal é um produto da civilização ocidental - o levariam cada vez mais para o conflito com outras civilizações, como a hindu (com 2.4% do território mundial e 16.4% da população; e, de forma mais grave, com a China (a civilização sínica representa 7.5% do território e 24% da população) e, de forma especial, com o Islã (ocupando 21.1% do território, embora de forma descontínua, e 18% da população, aproximadamente), onde a separação Westfaliana da religião e da política internacional não é referência.

Uma ordem mundial baseada na civilização estaria emergindo — basta lembrar o apelo das autoridades iranianas, na reunião dos países muçulmanos em Teerã, em dezembro de 1997, quando a imagem de 1 bilhão e duzentos milhões de muçulmanos unidos era propalada como a possível nova força — , moldando interesses e conflitos dos Estados-nações que, no entanto, continuariam a ser os atores mais importantes nos assuntos mundiais. Os países tenderiam a agrupar-se (ou seriam levados a fazê-lo) em torno de pivôs político-estratégicos, pólos motores tecno-produtivos e pólos gravitacionais societários - o que Huntington chama de "estados líderes" ou "estados-núcleos" de suas civilizações, enquanto os esforços para transferir sociedades de uma civilização para outra não teriam êxito. No que poderíamos vislumbrar como um *aggiornamento* Ibn Khaldouniano para o fenômeno da *açabiyah* (embora sem as características de exclusividade agnática), as sociedades que compartilham afinidades culturais — pressupostos filosóficos, valores subjacentes, relações sociais costumes, e, de forma geral, visões de (ver a) vida — cooperariam umas com as outras; as sociedades divididas em termos civilizatórios (mesmo que unidas por ideologias ou por circunstâncias históricas) se diferenciariam destas, reforçadas as diferenças, em muitos casos, pela revitalização da religião.<sup>72</sup> Civilização e cultura se tornam o que poderíamos denominar de "âmbitos-instrumentos" explicativos de realidades atuais e de futuros cenários políticos e econômicos. A revitalização da religião nas sociedades não-ocidentais se apresenta também como rejeição da sua "ocidentalização" e "secularização", mas não como rejeição da (pós)modernidade, nem da virtualidade que a faz e traz consigo, não menos real e fugaz do que a materialidade e transitoriedade concreta e efêmera do maquínico.

---

<sup>72</sup> Aparentemente, o grande desafio será lidar com a possível transnacionalização politizada das referências religiosas, numa articulação de "integrismos" e "fundamentalismos" - que hoje estão calcados em molduras nacionais - através das fronteiras, fazendo de seus estados pivôs "religioso-estratégicos". O confronto intracivilizacional de idéias políticas gerado pelo Ocidente - que por sua vez vive os primórdios de um processo de dessecularização - estaria sendo substituído por um choque intracivilizacional de cultura e religião. Das suas teses, Huntington desdobra, bem ao seu feitio, uma proposta de ação: já que um eixo central da nova política mundial é a interação do poder e da cultura ocidentais com o poder e a cultura de civilizações não-ocidentais, a sobrevivência do Ocidente dependerá de os norte-americanos reafirmarem sua identidade ocidental e de os ocidentais - unidos para renovar a sua civilização e

---

preservá-la face aos desafios das sociedades não-ocidentais - aceitem que sua civilização é singular e não universal.